

ANAIIS



Simpósio de Pedagogia do IFPA Campus Belém

Novo PNE: Rupturas ou Continuidades?

Dias 20 e 21/05 - Campus Belém



Acesse: <https://shre.ink/v-siped-ifpa-campus-belem>



INSTITUTO FEDERAL
Pará
Campus Belém

MINISTÉRIO DA
EDUCAÇÃO

GOVERNO DO
BRASIL
DO LADO DO POVO BRASILEIRO

ANAIS: V SIMPÓSIO DE PEDAGOGIA DO IFPA – *CAMPUS* BELÉM: NOVO PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO (PNE): RUPTURAS OU CONTINUIDADES?

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PARÁ – IFPA *CAMPUS* BELÉM
DIRETORIA DE ENSINO - DEN
COORDENAÇÃO DO CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA

BELÉM-PA
2026

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)

S471 Simpósio de Pedagogia do IFPA Campus Belém (5. : 2026 : Belém, PA).

Anais do V Simpósio de Pedagogia do IFPA Campus Belém [recurso eletrônico] : novo Plano Nacional de Educação (PNE) : rupturas ou continuidade? / Organização, Helena do Socorro Campos da Rocha, Delcilene Sanches Furtado. — Belém : IFPA, 2026.

110 p.

Evento realizado no período de 20 a 17 de maio de 2026.

ISBN: 978-65-5163-014-9

1. Plano Nacional de Educação. 2. Pedagogia. I. Rocha, Helena do Socorro Campos da. II. Furtado, Delcilene Sanches. III. Título.

CDD 23. ed.: 379.12063

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PARÁ – IFPA *CAMPUS* BELÉM

Direção Geral do *Campus* Belém

Hélio Antônio Lameira de Almeida

Diretoria de Ensino - DEN

Diego de Leon Brito Carvalho

Diretoria de Extensão - DEX

Rita de Cassia F. de Vasconcelos

Diretoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação - DPPI

Vitor Hugo Lopes Branco

Departamento de Ensino Superior

Thiago Antônio Paixão de Sousa Costa

Coordenação do Curso de Licenciatura em Pedagogia – IFPA *campus* Belém

Delcilene Sanches Furtado

EQUIPE DE ELABORAÇÃO

Organização

Delcilene Sanches Furtado

Helena do Socorro Campos da Rocha

Editoração e Diagramação

Helena do Socorro Campos da Rocha

Capa

Rubens Pinheiro Cunha - Núcleo de Artes Visuais - NAV/ASCOM IFPA *Campus* Belém

**ANAIS: V SIMPÓSIO DE PEDAGOGIA DO IFPA – CAMPUS BELÉM: Novo Plano Nacional de Educação (PNE):
Rupturas ou Continuidades?**

Comissão Organizadora do Evento

Profa. M^a. Adalcilena Helena Café Duarte da Costa
Profa. Dr^a. Ana Claudia Ferreira Rosa
Profa. M^a. Delcilene Sanches Furtado
Profa. Dr^a. Helena do Socorro Campos da Rocha
Profa. D^{ra}. Karla Cristina Furtado Nina

Comissão Científica

Profa. M^a. Adalcilena Helena Café Duarte da Costa
Profa. Dr^a. Ana Claudia Ferreira Rosa
Profa. Dr^a. Ana Patrícia de Oliveira Fernandez
Prof. Dr. Ariwilson Gomes dos Santos
Profa. M^a. Delcilene Sanches Furtado
Profa. Dr^a. Helena do Socorro Campos da Rocha
Prof. Dr. Herminio Tavares Sousa dos Santos
Prof^a. Dra. Karla Cristina Furtado Nina
Profa. M^a. Máira Vasconcelos da Silva
Profa. Dr^a. Marcia Cristina Lopes e Silva
Profa. Dr^a. Marta Coutinho Caetano

Equipe de Organização

Decoração

Sirlene Damasceno Nascimento

Logística e infraestrutura

Amanda Silva de Oliveira Monte
Caroline da Costa Reis
Danubia Batista dos Reis
Emily Vanzaler Chaves
Glaucirene Corrêa Rodrigues
Jessica Neves de Lima Fernandes
Kaylane Barros de Souza
Lorrana Keller Monteiro Siqueira
Madalena Moraes Gonçalves
Revellyn Keury da Silva da Conceição
Robson Freitas dos Santos
Vitória Nazaré Santos Farias
Gabrielly Cristina Gomes Sacramenta

Divulgação/Mídias sociais

Julie Castro de Sousa

Credenciamento

Adriano Sozinho de Matos
Bethânia Cristine Silva dos Santos
Beatriz Calixto Leal
Celine de Paula Souza dos Santos
Emanuelle Marieta Viana Carrera
Levy Nascimento Lima da Silva
Tainá Ariadne dos Santos Gonçalves
Evellyn Thais M. da Silva

Monitoria (suporte palestras e trabalhos)

Ana Flávia Lobato Pereira
Celine de Paula Souza dos Santos
Emily Vanzaler Chaves
Evyla Fabianne Santos da Silva
Larissa Rodrigues do Rozario Teixeira
Lorrana Keller Monteiro Siqueira
Madiel Corrêa Sousa

Helena do Socorro Campos da Rocha (organizadora)
Delcilene Sanches Furtado (organizadora)

Autores/as

Adriane Raquel Santana de Lima
Adriano de Lima Pina
Adriano Sozinho de Matos
Ana Carla Baia Rodrigues
Ana Claudia Ferreira Rosa
Ana Flávia Lobato Pereira
Ana Layse Santos dos Santos
Ana Patrícia de Oliveira Fernandez
Antonia Rayrume Ribeiro Dias
Ariel Duarte De Lima
Beatriz Calixto Leal
Bethânia Cristine Silva dos Santos
Breno Souza Araújo
Bruna de Almeida Cruz
Carolina da Costa Sarmento
Celine de Paula Souza dos Santos
Cintia Rejane Cunha de Souza
Daniela Lopes Dos Santos
Danubia Batista dos Reis
Elisa Ferreira Silva
Emily Vanzaler Chaves
Evelisy Pereira de Oliveira
Evelyn Gomes de Melo

Gabriele Alves Soares
Gabrielly Cristina Gomes Sacramenta
Hullyane Alho Moraes
Isabele Baia Macedo
Iva Shaskia Raiol Padilha
Julie Castro de Sousa
Katherinny Biana Pinheiro Lourinho de Souza
Layse Ester Almeida da Silva
Levy Nascimento Lima da Silva
Lorrana Keller Monteiro Siqueira
Madalena Moraes Gonçalves
Madiel Correa Sousa
Manuely Cristina Saraiva Rego
Márcia Cristina Lopes e Silva
Matheus Costa da Silva
Mylla Katy Nunes
Paulo Bruno Santana Nogueira
Priscila Alcone Peres Neves
Priscila Freitas dos Santos
Priscilla Serra de Souza
Raabe de Oliveira Santos
Robson Freitas dos Santos
Vitória Nazaré Santos Farias
Yasmin Brito Santos

ANAIS: V SIMPÓSIO DE PEDAGOGIA DO IFPA – CAMPUS BELÉM NOVO PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO (PNE): RUPTURAS OU CONTINUIDADES?

BELÉM
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PARÁ – IFPA
2026

Ressalva: Os textos apresentados são de criação original dos autores, que responderão individualmente por seus conteúdos ou por eventuais impugnações de direito por parte de terceiros.
Nas listas de frequência os participantes autorizaram por meio de assinatura com o uso de imagem e voz para a divulgação do evento.

SUMÁRIO

PROGRAMAÇÃO	7
APRESENTAÇÃO.....	9
AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM: CONCEPÇÕES E REPRODUÇÕES NO CONTEXTO ESCOLAR.....	16
AVALIAÇÕES EM LARGA ESCALA NO BRASIL: O SAEB COMO FERRAMENTA DE MONITORAMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA.....	19
OS MARCOS LEGAIS DA AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL E QUALIDADE DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA.....	21
AVALIAÇÃO EDUCACIONAL E PRÁTICAS PEDAGÓGICAS	24
OS NOVOS “REFORMADORES”: UMA ANÁLISE DA REFORMA EMPRESARIAL DA EDUCAÇÃO.....	27
O DISPOSITIVO MATERNO NA EDUCAÇÃO INFANTIL: PERCEPÇÕES DOCENTES SOBRE GÊNERO E PROFISSIONALIZAÇÃO	30
“O BANHEIRO SEMPRE ESTÁ SUJO”: O NOVO PAR E OS DESAFIOS PARA PROMOÇÃO INTEGRAL DA DIGNIDADE MENSTRUAL NA ESCOLA.....	33
PARTIU IVS: OFICINAS DE LEITURA E PRODUÇÃO DE CONTEÚDO MULTIMÍDIA COMO FERRAMENTAS PARA O ACESSO A EDITAIS DA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL	36
A RESSIGNIFICAÇÃO DOS CÍRCULOS DE CULTURA DE PAULO FREIRE NO ENSINO DA MATEMÁTICA EM TURMAS DA EJA.....	40
PERCEPÇÕES DE LICENCIANDOS EM BIOLOGIA SOBRE O ENSINO DE JOVENS, ADULTOS E IDOSOS (EJAI): EXPECTATIVAS, DIFICULDADES E PROPOSTAS.....	43
PERSPECTIVAS DO EJAI NA FORMAÇÃO EM LICENCIATURA DE BIOLOGIA DO IFPA, CAMPUS BELÉM: VISÕES EM DIFERENTES ESTÁGIOS DA VIDA ACADÊMICA.....	46

**ANAIS: V SIMPÓSIO DE PEDAGOGIA DO IFPA – CAMPUS BELÉM: Novo Plano Nacional de Educação (PNE):
Rupturas ou Continuidades?
20 a 21/05/2026**

PROGRAMAÇÃO

20 de maio de 2026

16h - Abertura:

Composição de Mesa com Autoridades e representante discente do curso de Licenciatura em Pedagogia.

16h 30' - Mesa redonda: Formação, participação e ação política: o pedagogo como Intelectual orgânico

Profa. Dra. Dorilene Pantoja Melo (UFPA)

Dr. Abelcio Nazareno Santos Ribeiro (SEDUC/PA)

Mediadora: Profa. Ma. Delcilene Sanches Furtado (IFPA)

17h 30' – Apresentação cultural: Grupo de música do IFPA

Coordenadores: Reinaldo Adalmiro dos Santos e Santos (IFPA)

Prof. Me Elissuam do Nascimento Barros de Souza (IFPA)

21 de maio de 2026

Manhã

9h – Minicurso "Formação de professores: tendências e práticas em debate"

Responsável: Profa. Ma. Delcilene Sanches Furtado (GPFOP/IFPA)

Local: Sala Latec (Bloco M)

10h - Oficina: Acesso e permanência: leitura e produção de conteúdo multimídia como ferramentas para o acesso a editais de assistência Estudantil.

Projeto Partiu IVS (Pedagogia, Caest, NAPNE, Setor de EaD).

Responsável: Profª. Dra Ana Cláudia Ferreira Rosa (GPFOP/IFPA)

Bruna de Almeida Cruz (CAEST/IFPA)

Lorrana Keller Monteiro Siqueira (Pedagogia/IFPA)

Emily Vanzeler Chaves (Pedagogia/IFPA)

Local: Laboratório de Informática da EaD, bloco M.

11h - Oficina: Currículo Lattes

Responsável: Profa. Dra. Marta Coutinho Caetano - (GPFOP/IFPA)

Local: Laboratório de Informática EaD (Bloco M)

Tarde

14h- Palestra: Inteligência artificial e novos paradigmas na pesquisa científica.

Palestrante: Prof. Dr. Roberto Magno Reis Netto – PPGSP/UFPA

15h – Palestra: A Formação de professores e a Prova Nacional Docente (PND): a relação educação-mundo do trabalho.

Palestrante: Prof. Dr. Carlos Alberto Saldanha da Silva Júnior (SEDUC/PA) -
Mediador: - Profa. Dr^a. - Ana Claudia Ferreira Rosa

16h0min - Sessão temática: O novo PNE Rupturas ou continuidade

Palestrantes: Prof^a.Ana Rosa Peixoto de Brito (Anfope)

Mediadora: Prof^a. Ana Claudia Ferreira Rosa (IFPA)

17h Apresentação de Trabalhos - Comunicação Oral (GTs).

APRESENTAÇÃO

Caro(a) leitor(a)!

Apresentamos os Anais do evento V Simpósio de Pedagogia do IFPA – Campus Belém que constituiu-se como um espaço acadêmico, formativo e cultural voltado ao debate crítico sobre os desafios contemporâneos da educação brasileira. Em 2026, o evento teve como eixo central o tema “Novo Plano Nacional de Educação (PNE): Rupturas ou Continuidades?”, buscando promover reflexões acerca das diretrizes, metas e perspectivas da política educacional brasileira diante das transformações sociais, econômicas e culturais do país.

Com realização a partir do Dia do Pedagogo, comemorado em 20 de maio, o simpósio reafirma a relevância do trabalho pedagógico na construção de práticas educativas comprometidas com a formação humana, a justiça social e a garantia do direito à educação. Mais do que uma celebração, o evento pretende consolidar um espaço de diálogo entre estudantes, professores, pesquisadores, profissionais da educação e comunidade acadêmica, fortalecendo a identidade do pedagogo como sujeito político e agente de transformação social.

Ao colocar o Novo PNE em debate, o simpósio propõe analisar criticamente as permanências, rupturas e desafios das políticas públicas educacionais, especialmente no que se refere à valorização docente, à formação de professores, ao enfrentamento das desigualdades e ao fortalecimento de uma educação democrática, inclusiva e socialmente referenciada.

O Objetivo Geral foi Promover um espaço de debate, reflexão e socialização de experiências acerca do Novo Plano Nacional de Educação (PNE), articulando formação acadêmica, produção científica e práticas pedagógicas, em diálogo com os desafios contemporâneos da educação brasileira.

Os Objetivos Específicos foram: Discutir as perspectivas, limites e desafios do Novo PNE frente às demandas educacionais atuais; Refletir sobre o papel do pedagogo na construção de políticas públicas e práticas educativas críticas; Incentivar a socialização de pesquisas, projetos e experiências desenvolvidas no curso de Pedagogia e áreas afins; Promover o diálogo entre ensino, pesquisa e extensão; Debater temas relacionados à formação docente, inclusão, diversidade e justiça social; Valorizar a produção acadêmica e o protagonismo estudantil.

O evento foi destinado a estudantes de graduação e pós-graduação; Professores e pesquisadores; Pedagogos e profissionais da educação básica e superior; Integrantes de grupos de pesquisa, projetos de extensão e programas institucionais; Gestores educacionais; Comunidade acadêmica e demais interessados na temática educacional.

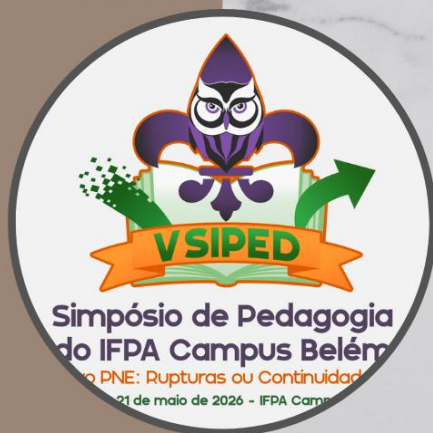
O debate sobre o Novo Plano Nacional de Educação torna-se essencial em um contexto marcado por disputas em torno das políticas públicas, da formação docente, do financiamento da educação e das desigualdades sociais. Nesse cenário, o simpósio surgiu como uma oportunidade para problematizar os rumos da educação brasileira, reconhecendo o papel estratégico da Pedagogia na mediação entre teoria e prática, bem como na defesa de uma educação pública, gratuita, inclusiva e socialmente referenciada.

Além disso, o evento fortaleceu a integração entre ensino, pesquisa e extensão, ampliando espaços de participação e construção coletiva do conhecimento.

Dentre os Resultados Esperados elencamos: Fortalecimento do debate acadêmico sobre o Novo PNE; Ampliação das discussões sobre políticas educacionais e formação docente; Socialização de experiências pedagógicas e produções científicas; Incentivo à participação estudantil e à integração entre diferentes áreas do conhecimento; Consolidação do simpósio como espaço de referência para reflexão e diálogo educacional no IFPA – Campus Belém.

a) Comissão Organizadora.

Mídias do Evento



V SIPED



ABERTURA



PALESTRAS



PALESTRAS



COMUNICAÇÃO ORAL



AValiação DA APRENDIZAGEM: CONCEPÇÕES E REPRODUÇÕES NO CONTEXTO ESCOLAR

Adriano Sozinho de Matos

adrianosozinho.m@gmail.com

Gabrielly Cristina Gomes Sacramento

gabriellycristina1215@gmail.com

Levy Nascimento Lima da Silva

levylnls@gmail.com

Madiel Correa Sousa

profmadielcorrea@gmail.com

Ana Claudia Ferreira Rosa

ana.rosa@ifpa.edu.br

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará - IFPA

INTRODUÇÃO

A avaliação da aprendizagem constitui um elemento central no processo educativo, na medida em que orienta decisões pedagógicas e incide diretamente sobre o percurso formativo dos estudantes. Balizado por esse pressuposto, o presente trabalho foi desenvolvido a partir de atividade de ensino de componente curricular do eixo de Gestão do curso de Pedagogia do IFPA, especificamente os componentes Planejamento e Avaliação de instituições educacionais e Construção do Projeto Político Pedagógico. Considerou-se como objetivo central identificar contradições, permanências e possibilidades de transformação nas práticas avaliativas.

Tendo em vista a importância dos processos de avaliação, entre eles a avaliação da aprendizagem para o processo educacional, a relevância desta análise encontra-se na necessidade de apropriação dos fundamentos teóricos que caracterizam os processos de avaliação, bem como trazer à luz as concepções e práticas que se fazem presentes no contextual educacional atual.

A partir da compreensão destes elementos, pode-se estabelecer contribuições fundamentais para a formação de professores e do trabalho docente.

METODOLOGIA

Este estudo caracteriza-se como uma pesquisa qualitativa de natureza bibliográfica, fundamentada na análise crítica de produções teóricas sobre avaliação educacional, especialmente na obra de Sousa e Lopes (2024) e Veiga (1989), articulada às discussões realizadas em sala de aula dentro dos componentes curriculares do eixo de Gestão do curso de Pedagogia do IFPA.

A análise foi organizada em três eixos: concepções e práticas de avaliação, funções e sujeitos do processo avaliativo, e procedimentos, fundamentos legais e ressignificação da avaliação. A partir desses eixos, realizou-se uma leitura interpretativa e problematizadora.

RESULTADOS

A avaliação da aprendizagem, conforme Sousa e Lopes (2024), não é um ato neutro ou meramente técnico, mas uma prática social e pedagógica atravessada por intencionalidades e concepções de educação. Nesse contexto, ela assume centralidade na prática pedagógica, embora frequentemente tenha sua finalidade distorcida, sendo reduzida à nota. Isso evidencia que, em muitos casos, a avaliação desloca o foco da aprendizagem para a obtenção de resultados, produzindo uma inversão de sua função no processo educativo.

Veiga (1989) ressalta a avaliação como ato dinâmico que orienta tanto o projeto político-pedagógico quanto as ações de educadores e educandos. Portanto, afirma-se que os procedimentos avaliativos constituem estratégias de produção de informações que orientam julgamentos e decisões pedagógicas. Por esse aspecto de orientação os instrumentos de avaliação devem envolver descrição, análise, julgamento e tomada de decisão, conformem afirmam Sousa e Lopes (2024). Entretanto, quando

reduzidos a provas e testes padronizados, perdem sua função formativa e passam a atuar apenas como mecanismos de mensuração.

No plano normativo, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Brasil, 1996) estabelece uma concepção ampliada de avaliação, ao prever seu caráter contínuo, cumulativo e qualitativo. Entretanto, persiste uma contradição entre o que a legislação propõe e as práticas escolares, ainda marcadas por exames e classificação, evidenciando que mudanças legais não se traduzem automaticamente em mudanças pedagógicas.

Tendo em vista o que diz a LDB, Sousa e Lopes (2024) destacam que a avaliação deve cumprir três funções interligadas: diagnóstica: com o objetivo de mapear conhecimentos prévios no início do processo; formativa: visando acompanhar e ajustar o percurso do ensino-aprendizagem continuamente, e somativa tendo como intuito certificar resultados ao final de uma etapa. Além disso, Sousa e Lopes (2024) propõem a ampliação dos partícipes da avaliação, defendendo a avaliação com o estudante — e não do estudante — por meio da autoavaliação, heteroavaliação e coavaliação, buscando o envolvimento também de gestores, professores e famílias, o que favorece a autonomia e a corresponsabilidade.

Entretanto, no que diz respeito a prática, os processos de avaliação da aprendizagem têm apresentado historicamente um caráter antagônico. Para Sousa e Lopes (2024), a avaliação tem se revelado como ferramenta poderosa para a produção de sucessos ou insucessos escolares. Pois, as práticas avaliativas têm assumido uma postura predominantemente baseada em classificação e desempenho, fortemente vinculada à ideia de mérito. Essa postura a coloca em oposição à democratização da educação. Não obstante, segundo Sousa e Lopes (2024, p.33) “a avaliação chega a ser confundida com os momentos de atribuição de conceitos”, ocupando um lugar central e sobreposto à própria aprendizagem, reforçando o seu caráter meritocrático. Esse cenário se agrava quando os estudantes são tratados como objetos do processo avaliativo, contribuindo para seletividade escolar que atinge principalmente os grupos socialmente vulneráveis. Outrossim, a análise evidenciou que, embora a avaliação da aprendizagem seja amplamente discutida no campo teórico, as práticas escolares ainda permanecem marcadas por uma lógica tradicional centrada na prova e na nota. Essa configuração reduz a avaliação a processos de verificação e classificação, limitando sua capacidade de compreender a complexidade da aprendizagem e enfraquecendo sua finalidade pedagógica.

Da mesma forma, a avaliação frequentemente assume uma função de regulação e controle, orientando comportamentos e reforçando relações hierárquicas no interior da escola. Nesse sentido, a avaliação ultrapassa o campo estritamente pedagógico, assumindo também dimensões sociais e políticas, na medida em que contribui para a manutenção de padrões de desempenho e para a legitimação de desigualdades educacionais.

Outro aspecto relevante, refere-se à contradição entre os avanços consolidados no plano normativo, que preconizam uma avaliação contínua, cumulativa e qualitativa, e a permanência de práticas escolares ainda sustentadas por uma lógica classificatória, seletiva e centrada na nota. Tal distanciamento revela que a simples existência de diretrizes legais não garante, por si só, a transformação das práticas avaliativas, mas demanda mudanças mais profundas nas concepções pedagógicas que orientam o trabalho docente, bem como na cultura escolar historicamente marcada por mecanismos de mensuração, controle e exclusão.

Por fim, constatou-se que os estudantes ainda são, em grande medida, tratados como objetos do processo avaliativo, o que limita sua participação e autonomia. Tendo em vista a superação desse cenário, Sousa e Lopes (2024) destacam a necessidade de adoção integrada das funções diagnóstica, formativa e somativa, que transformam a avaliação em um processo contínuo e multifacetado, e pela ampliação dos sujeitos envolvidos — alunos, professores, famílias e gestores — por meio da autoavaliação, heteroavaliação e coavaliação.

Para Veiga (1989) a avaliação não deve funcionar como mecanismo de reprodução das desigualdades sociais, especialmente em relação aos alunos oriundos das classes trabalhadoras, que historicamente enfrentam condições desiguais de acesso aos bens culturais e educacionais. A avaliação não deve servir para excluir, mas para promover a aprendizagem e a inclusão. Em uma perspectiva crítica, a avaliação precisa ser democrática, formativa e diagnóstica, ajudando o professor a compreender as dificuldades e potencialidades dos alunos. Assim, ela deve favorecer a apropriação dos conhecimentos científicos, sociais e tecnológicos produzidos historicamente, contribuindo para a formação crítica dos estudantes. Essa mudança confere maior significado à avaliação, estimula a autorregulação dos estudantes e instaura uma lógica de corresponsabilidade, em vez de julgamento unilateral e punitivo. Além disso, reforça-se a necessidade de ressignificação da avaliação, de modo que ela passe a reconhecer os sujeitos envolvidos, assumindo um caráter formativo, diagnóstico e interventivo, comprometido com a aprendizagem e com a democratização da educação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se que permanência, contradição e possibilidades de transformação se apresentam nas práticas avaliativas. A permanência se encontra em concepções excludentes, centradas na mensuração, na classificação e no controle da aprendizagem. Mesmo diante dos avanços teóricos e legais que defendem uma avaliação contínua, qualitativa, diagnóstica e formativa, observa-se que muitas práticas escolares permanecem vinculadas a uma lógica seletiva, contribuindo para a reprodução das desigualdades educacionais.

As análises evidenciam, portanto, contradições entre as orientações presentes nos documentos normativos e na literatura crítica e o modo como a avaliação se materializa no cotidiano escolar. Embora os referenciais contemporâneos reconheçam a avaliação como instrumento de mediação pedagógica e de promoção da aprendizagem, sua operacionalização ainda revela limites impostos por práticas historicamente consolidadas.

Entretanto, as discussões desenvolvidas também indicam possibilidades de transformação, na medida em que reforçam a necessidade de ressignificar a avaliação como prática democrática, inclusiva e comprometida com a formação crítica dos estudantes. Desse modo, compreende-se que a superação das práticas avaliativas excludentes exige não apenas mudanças técnicas nos instrumentos de avaliação, mas também uma transformação das concepções pedagógicas que orientam o processo educativo, fortalecendo o compromisso da escola com a democratização do ensino e com o direito à aprendizagem.

PALAVRAS-CHAVE: Avaliação da aprendizagem. Práticas avaliativas. Democratização da educação.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União: Brasília, DF, 23 dez. 1996.

SOUSA, Sandra Zákia; LOPES, Valéria Virgínia. **Avaliação educacional:** de aprendizagem, institucional, em larga escala. São Paulo: Contexto, 2024. (Coleção Educação na Universidade).

VEIGA, Ilma Passos da. Projeto político-pedagógico da escola: uma construção coletiva. In: VEIGA, Ilma Passos da (org.). **Projeto político-pedagógico da escola:** uma construção possível. Campinas: Papirus, 1998. p.11-35.

AVALIAÇÕES EM LARGA ESCALA NO BRASIL: O SAEB COMO FERRAMENTA DE MONITORAMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA

Danubia Batista dos Reis

danubiageo@gmail.com

Madalena Moraes Gonçalves

madalenamoraesgoncalves321@gmail.com

Robson Freitas dos Santos

rs17127@gmail.com

Vitória Nazaré Santos Farias

vitoriafarias62675@gmail.com

Ana Claudia Ferreira Rosa

ana.rosa@ifpa.edu.br

INTRODUÇÃO

Este trabalho foi desenvolvido a partir de atividade de ensino dos componentes curriculares do Eixo de Gestão do curso de Pedagogia do IFPA, especialmente em Planejamento e Avaliação de instituições educacionais e Construção do Projeto Político-Pedagógico por meio da apresentação de um seminário em sala de aula da disciplina Planejamento Educacional. O estudo problematiza aspectos da avaliação educacional centralizando a avaliação em larga como ferramenta de monitoramento da educação básica com ênfase no Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB).

Neste contexto, considerou como objetivo central refletir criticamente sobre o papel das avaliações em larga escala, com ênfase no SAEB, no contexto das políticas de monitoramento e regulação da educação básica brasileira. Aponta-se a relevância da análise na necessidade de apropriação dos fundamentos teóricos e práticos dos instrumentos de avaliação, tais como esclarecimentos de conceitos e concepções de avaliação em larga escala e o SAEB no contexto de monitoramento da educação básica. Afirma-se que essa apropriação como aspecto fundamental da formação de professores e do trabalho docente. A organização do trabalho apresenta a seguinte estrutura: metodologia. Resultados, considerações finais e as palavras-chave.

METODOLOGIA

O estudo caracteriza-se como uma pesquisa de natureza básica, com abordagem qualitativa, voltada à compreensão das avaliações em larga escala no contexto das políticas educacionais brasileiras. Trata-se de estudo bibliográfico e documental, desenvolvido a partir de livros e documentos normativos e institucionais relacionados à avaliação, especialmente ao SAEB.

A análise foi realizada por meio de leitura, seleção, sistematização e interpretação das referências estudadas nos componentes curriculares do Eixo de Gestão do curso de Pedagogia. O estudo concentrou-se no SAEB enquanto instrumento de monitoramento da qualidade da educação básica brasileira, considerando seus objetivos, funcionamento, indicadores e implicações para o trabalho pedagógico e para a gestão educacional.

O estudo utilizou como principal referência o livro Avaliação educacional: da aprendizagem, institucional e em larga escala (Sousa, 2024) além de documentos e informações disponibilizadas no portal do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) sobre o SAEB.

A sistematização da análise considerou a prática social dos autores em atividades de ensino, pesquisa e extensão no curso de Pedagogia, especialmente nas experiências desenvolvidas na análise de Projeto político-pedagógico, no Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID), no Estágio

Curricular Supervisionado, em seminários acadêmicos e em estudos realizados nos componentes curriculares voltados à gestão e avaliação educacional. A pesquisa buscou articular os referenciais teóricos às experiências formativas vivenciadas pelos autores, contribuindo para a compreensão crítica das políticas de avaliação e sua relação com a prática pedagógica e a gestão escolar.

RESULTADOS

A avaliação básica no Brasil é realizada através das avaliações de larga escala internas e externas. Avaliações internas, são avaliações pensadas, produzidas e aplicadas no cotidiano da sala de aula, já as avaliações externas são avaliações realizadas por sujeitos externos ao cotidiano da escola ex. MEC, Secretarias Municipais, Estaduais e organismos internacionais como OCDE e UNESCO, com objetivo de verificar o desempenho e a qualidade da educação básica nas escolas brasileiras. O SAEB pondera e direciona currículos, políticas e programas educacionais, como um ciclo avaliativo, com o formato de múltipla escolha, sendo elaborado a partir das Matrizes de referências (Matriz Mestre do Sistema de Avaliação). Esta matriz está organizada em eixos e no contexto geral e envolve uma farta literatura e modelagens estatísticas, sendo realizado a cada dois anos junto ao público-alvo do 2º, 5º e 9º ano do ensino fundamental e da 3ª série do ensino médio, considerando os marcadores sociais como raça, gênero e deficiências que influencia o processo de escolarização.

Por fim, o estudo apresenta o estudante como o sujeito e não o objeto da avaliação, proporcionando a sua capacidade de aprender e se autoavaliar. Ao interagir com o trabalho escolar e seguir determinadas características das avaliações externas em larga escala que ocorrem no Brasil para medir a qualidade da educação, juntamente com o diagnóstico do Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb) como meio dos municípios monitorarem a sua avaliação da sua rede de ensino e seu sistema de aprendizado. Assim, no contexto de Sousa & Lopes (2024), o SAEB se apresenta como o principal meio de alcançar as perspectivas de “ medição da aprendizagem “ por ser um exame censitário e que, portanto, pode trazer um diagnóstico da educação básica de forma geral.

PALAVRAS-CHAVE: SAEB – Educação Básica – Matriz de referência – Diagnóstico.

REFERÊNCIAS:

BRASIL. **Cartilha Saeb**. Brasília, DF: Inep/DGP/DAEB, 2019^a. Disponível em: https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/avaliacoes_e_examenes_da_educacao_basica/cartilha_saeb_2019.pdf. Acesso em: 13/04/2026

BRASIL. **Provinha Brasil**. Brasília, DF: Inep, s/d. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/provinha-brasil> Acesso em: 11/04/2026.

BRASIL. **Escala de proficiência do SAEB**. Escalas alinhadas à BNCC. Brasília, DF: Inep, 2020f. Disponível em: https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/avaliacoes_e_examenes_da_educacao_basica/escala_de_proficiencia_do_saeb_ensino_fundamental.pdf. Acesso em: 10/04/2026.

SOUSA, Sandra Zákia; Lopes, Valéria Virgínia. **Avaliação Educacional de Aprendizagem Institucional e em larga escala**. São Paulo: Contexto: 2024.

AGRADECIMENTOS:

Agradecemos a coordenação e docentes do curso de Pedagogia por esta oportunidade neste Evento.

OS MARCOS LEGAIS DA AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL E QUALIDADE DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA

Adriano de Lima Pina
adriano.pinna27@gmail.com

Ana Layse Santos dos Santos
analayse00@gmail.com

Beatriz Calixto Leal
beatrizcalixto15@yahoo.com.br

Celine de Paula Souza dos Santos
celinedpaula@gmail.com

Evelisy Pereira de Oliveira
oevelisy@gmail.com

Ana Cláudia Ferreira Rosa
ana.rosa@ifpa.edu.br

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará (IFPA)

INTRODUÇÃO

Este trabalho foi desenvolvido a partir de atividade das disciplinas de Planejamento e Avaliação de Instituições Educacionais e Construção do Projeto Político-Pedagógico do curso de Pedagogia do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará (IFPA), *campus* Belém.

O estudo aborda a avaliação institucional no contexto escolar brasileiro como um campo de gestão democrática e qualidade de ensino. Sendo assim, a pesquisa discute o surgimento e fortalecimento da avaliação institucional no Brasil a partir das reformas educacionais ocorridas no final do século XX e problematiza os marcos legais e políticos que contribuíram para a consolidação da avaliação institucional no Brasil, como o Manifesto dos Pioneiros; a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) de 1966, de 1971 e de 1996; e a criação do Instituto Nacional de Estudo e Pesquisa Anísio Teixeira (INEP), destacando como esses instrumentos passaram a orientar a gestão educacional e o acompanhamento da qualidade do ensino.

Neste contexto, o estudo tem como objetivo central apresentar os marcos legais da avaliação institucional no contexto educacional brasileiro, e sua importância para o monitoramento da qualidade educacional, para a gestão democrática e, por fim, para a criação de políticas públicas.

Tendo isso em vista, a relevância desse estudo está presente na necessidade de compreender os fundamentos históricos, políticos e legais que formam a avaliação institucional brasileira. Posto isso, entende-se que o tema contribui para ampliar os conhecimentos sobre as políticas educacionais e os instrumentos de avaliação institucional. Outrossim, a importância da avaliação institucional é enfatizada como prática essencial para orientar as ações de melhoria nos processos de ensino e aprendizagem.

METODOLOGIA

Trata-se de uma pesquisa básica de abordagem qualitativa, de caráter bibliográfico e documental. Foram utilizados como fontes de pesquisa a Constituição Federal de 1988, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB nº 9.394/1996), além de documentos produzidos pelo Ministério da Educação (MEC) e pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP).

A análise dos dados ocorreu de forma interpretativa, buscando compreender as transformações históricas e legais da avaliação institucional, bem como sua importância para o acontecimento da qualidade da educação e para organização das práticas escolares.

RESULTADOS

O conceito de qualidade educacional ganhou força a partir da discussão sobre educação democrática no Manifesto dos Pioneiros, em 1932. Posteriormente, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1961 relacionou a qualidade da educação à elevação dos índices de produtividade do ensino em relação ao custo.

Na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996 é reforçada a necessidade de acompanhamento e avaliação da educação em âmbito nacional. Outros marcos importantes para o fortalecimento da avaliação institucional são: a criação do Instituto Nacional de Estudo e Pesquisa Anísio Teixeira (INEP), que se tornou um órgão responsável pela avaliação institucional no país; a criação do Plano Nacional de Educação (PNE), de 2014, que estabeleceu metas e estratégias para o desenvolvimento da educação brasileira, incluindo o monitoramento, a avaliação institucional e melhoria da qualidade do ensino.

Neste sentido, o Ministério da Educação (MEC) passou a desenvolver a avaliação em larga escala como: o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (SAEB), criado em 1990 com o objetivo de fortalecer indicadores sobre o desempenho escolar da educação básica; e o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), criado em 2007 que combina o resultado de avaliações externas, com dados de aprovação escolar.

Observa-se ainda que os resultados do IDEB orientam decisões de alocação de recursos, bonificações de professores e até mesmo o fechamento de escolas, gerando tensões com os princípios da gestão democrática e da autonomia escolar previstos na LDB/1996.

Sousa e Lopes destacam que nos anos 90 ocorreram muitos debates sobre as percepções e dimensões a respeito da qualidade da educação e recordam os estudos de Romualdo Portela e Gilda Cardoso de Araújo em artigos publicados no ano de 20005, em que ressaltavam três formas de perceber a qualidade da educação: na primeira, a qualidade da educação das escolas é determinada pela oferta, que tem relação com o acesso à educação; na segunda percepção a qualidade da educação é determinada pelo fluxo no ensino fundamental, tendo relação direta com a permanência do aluno, envolvendo índices de aprovação, evasão e retenção; e na terceira percepção, a qualidade da educação é determinada pela generalização de sistemas de avaliação padronizados. Para Sousa e Lopes (2004), essas percepções se entrelaçam e permanecem até os dias atuais, e são de extrema importância para perceber como a qualidade da educação foi tomando forma.

Posteriormente, as autoras mencionam um estudo coordenado por Luiz Fernandez Dourado, publicado pelo MEC em 2007, envolvendo resultados sobre debates de pesquisas acadêmicas e percepções do governo da América Latina e Caribe que definem fatores da qualidade da educação organizados por dimensões intra e extraescolares, que vão desde o caminho escolar realizado pelo aluno, a condições socioeconômicos. De acordo com essa pesquisa, a definição de qualidade da educação deve levar em consideração a junção desses fatores. Portanto, de acordo com as autoras, a educação da qualidade “pode ser conhecida ou verificada no encontro entre os resultados produzidos e os contextos em que os produzem”.

O estudo aponta a “pedagogia da repetência” e a “pedagogia da concorrência” como desafios à educação de qualidade e indica como propósitos, a superação desses desafios.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise dos marcos legais da avaliação institucional no Brasil revela uma tensão central: enquanto a legislação (Constituição/1988, LDB/1996, PNE/2014 e SINAEB/2016) preconiza uma avaliação multidimensional, participativa e articulada à gestão democrática, a política efetivamente implementada tem sido dominada por sistemas externos de larga escala (SAEB, IDEB), orientados pela lógica do ranqueamento e da responsabilização.

O SINAEB representou um avanço ao incluir indicadores contextuais e de autoavaliação, mas sua breve vigência evidenciou a fragilidade institucional das políticas avaliativas no país.

Como limitação deste estudo, destaca-se o recorte centrado na legislação federal, sem aprofundamento, nas especificidades regionais e nas práticas efetivas das redes municipais e estaduais de ensino, o que sugere a necessidade de futuros estudos empíricos. Ademais, a pesquisa concentrou-se na educação básica, não abordando a avaliação institucional do ensino superior (como o SINAES). Apesar dessas limitações, os objetivos propostos foram alcançados, pois foi possível delinear a evolução dos marcos legais e identificar as contradições entre o discurso normativo e a realidade das políticas avaliativas.

PALAVRAS-CHAVE: Avaliação institucional. Qualidade educacional. Marcos legais.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: Presidência da República, 1996.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. **Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014.** Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2014. Disponível em: Planalto – Plano Nacional de Educação. Acesso em: 8 maio 2026.

SOUSA, Sandra Zákia; LOPES, Valéria Virgínia. **Avaliação Educacional: de aprendizagem institucional e em larga escala.** São Paulo: Contexto, 2024.

AVALIAÇÃO EDUCACIONAL E PRÁTICAS PEDAGÓGICAS

Ana Flávia Lobato Pereira
anaflavialp07@gmail.com

Bethânia Cristine Silva dos Santos
bethaniacristinessantos@gmail.com

Breno Souza Araújo
breno.facu@gmail.com

Gabriele Alves Soares
gabialves9703@gmail.com

Julie Castro de Sousa
castrojs563@gmail.com

Ana Claudia Ferreira Rosa
ana.rosa@ifpa.edu.br

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará (IFPA)

INTRODUÇÃO

O estudo problematiza aspectos da avaliação educacional e seus impactos sobre as práticas pedagógicas de professores, e seu desenvolvimento de atividades de ensino dos componentes curriculares do eixo de Gestão do Curso de Pedagogia do IFPA, especialmente em Planejamento e Avaliação de Instituições Educacionais e construção do Projeto Político-Pedagógico.

O estudo considerou pertinente responder ao seguinte problema: como a avaliação educacional atua sobre as práticas pedagógicas? Nesse sentido, definiu-se como objetivo central, refletir sobre a avaliação educacional como um processo contínuo e intrinsecamente ligado ao projeto político-pedagógico e às práticas pedagógicas.

A relevância do estudo foi consignada à possibilidade de contribuir para a formação crítica dos futuros professores, em relação ao processo avaliativo, de modo que estes sejam alinhados ao projeto pedagógico institucional, com foco na melhoria da qualidade do ensino

METODOLOGIA

O estudo caracteriza-se como uma pesquisa bibliográfica de abordagem qualitativa, desenvolvida a partir da leitura e análise da obra Avaliação educacional: de aprendizagem, institucional, em larga escala, de autoria de Sousa e Lopes (2024). Foram analisadas as discussões apresentadas pelas autoras sobre avaliação formal e informal, avaliação e verificação, bem como as dimensões éticas, políticas e sociais presentes nos processos avaliativos. Também foram considerados os apontamentos referentes às práticas avaliativas desenvolvidas nas escolas e aos impactos da avaliação na democratização da educação.

Como aporte teórico adicional sobre avaliação utilizou-se a contribuição de Luckesi (1990). Também utilizou as contribuições de Franco (2015) para abordar as práticas pedagógicas, estas compreendidas como ações intencionais, voltadas ao processo de ensinar-aprender.

A organização do resumo expandido seguiu as orientações do modelo disponibilizado para elaboração do trabalho, contemplando as seções de introdução, metodologia, resultados, considerações finais e referências.

RESULTADOS

Os estudos analisados destacaram que avaliação educacional constitui um processo complexo, marcado por dimensões pedagógicas, sociais, políticas e culturais. Sousa e Lopes (2024) ressaltam que avaliar não significa apenas medir conhecimentos ou verificar resultados, mas implica interpretar informações, emitir julgamentos e tomar decisões acerca das práticas educativas. Portanto, constitui processo

pedagógico, político e social que interfere diretamente na organização do trabalho docente, nas relações de ensino-aprendizagem e na democratização da educação.

Portanto, avaliar é diferente de verificar, tal distinção pode ser explicada com a seguinte definição: enquanto a verificação busca apenas identificar se determinado conhecimento foi alcançado, a avaliação envolve atribuição de valor e tomada de decisão. Assim, a avaliação é processual e possui caráter interventivo, pois seus resultados devem orientar ações voltadas ao aprimoramento do ensino e da aprendizagem (Luckesi, 1990; Sousa e Lopes, 2004).

Por seu turno, Franco (2015, p. 604) apontou que “Medir apenas resultados e produtos de aprendizagens como forma de avaliar o ensino pode se configurar como uma grande falácia!”

Como processo, a avaliação se encontra vinculada ao planejamento e ao projeto político-pedagógico da escola e possui momentos que se conectam: descrição, análise, julgamento, decisão, ação (Sousa e Lopes, 2024). As autoras também destacam a distinção entre avaliação formal e informal. A avaliação informal ocorre espontaneamente nas relações sociais e escolares, sendo influenciada por crenças, valores e preconceitos presentes na sociedade. Já a avaliação formal exige planejamento, definição de objetivos, critérios e procedimentos, devendo estar fundamentada em princípios éticos e pedagógicos.

A avaliação pode assumir diferentes funções: diagnóstica, formativa e somativa. A função diagnóstica permite identificar conhecimentos prévios e necessidades dos estudantes; a formativa acompanha o desenvolvimento das aprendizagens durante o processo educativo; e a somativa verifica resultados obtidos ao final de determinado período (Sousa e Lopes, 2024). Além disso, as autoras discutem os atributos de uma boa avaliação educacional, destacando quatro dimensões fundamentais: rigorosidade; ética e princípios jurídicos; compreensão cultural adequada; e, relevância e utilidade. Essas dimensões reforçam a necessidade de avaliações transparentes, contextualizadas e comprometidas com a equidade. Quanto às práticas avaliativas dominantes nas escolas, Sousa e Lopes (2024) ressaltam que a avaliação é utilizada como instrumento de classificação, controle e exclusão, contribuindo para processos de reprovação, evasão e fracasso escolar. Segundo as autoras, a manutenção de práticas avaliativas seletivas reforça desigualdades sociais e dificulta a democratização da educação.

Tais condições exigem mudanças nas formas de avaliar o que requer redimensionar as práticas pedagógicas, Franco (2015) compreende que as práticas pedagógicas não se constituem de forma isolada ou exclusivamente técnica, mas são produzidas em contextos marcados por diferentes dimensões institucionais, sociais e humanas. Assim, o desenvolvimento do ensino envolve fatores relacionados à formação docente, aos conhecimentos didáticos e curriculares, às condições institucionais, à infraestrutura escolar, às práticas de gestão, bem como às experiências, interesses e conhecimentos prévios dos estudantes. Essas múltiplas variáveis tornam o processo educativo dinâmico, contraditório e desafiador. Aspectos que exigem dos professores reflexão crítica, tomada de decisões e reorganização permanente das práticas pedagógicas.

Nesse contexto, torna-se necessário ressignificar a avaliação escolar, compreendendo-a como instrumento de acompanhamento das aprendizagens e de promoção do desenvolvimento dos estudantes. A avaliação deve contribuir para a construção de práticas pedagógicas inclusivas, respeitando as diferenças e valorizando os diversos modos de aprender.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considera-se que a avaliação não pode ser compreendida no sentido estreito de verificar e medir, mas, como processo pedagógico, ético e político vinculado ao projeto político-pedagógico, planejamento, práticas pedagógicas e às finalidades da educação. As reflexões apresentadas demonstram que a avaliação não pode ser reduzida a práticas classificatórias ou meramente quantitativas, mas deve assumir uma perspectiva formativa, ética e democrática.

Em resposta ao problema de pesquisa, compreendeu-se que a avaliação educacional atua sobre as práticas pedagógicas ao orientar decisões relacionadas ao planejamento, às metodologias de ensino, ao

acompanhamento das aprendizagens e às formas de participação dos estudantes no processo educativo. Desse modo, a avaliação influencia diretamente a organização do trabalho docente, podendo tanto reforçar práticas excludentes e classificatórias quanto favorecer práticas pedagógicas inclusivas, reflexivas e comprometidas com a democratização da educação. Assim, o objetivo do estudo foi alcançado ao possibilitar a reflexão sobre a avaliação como processo contínuo e intrinsecamente articulado ao projeto político-pedagógico e às práticas pedagógicas.

Assim, a avaliação, quando assumida em uma perspectiva diagnóstica, formativa e contínua, pode contribuir para o acompanhamento das aprendizagens, para a reorganização das práticas pedagógicas e para o desenvolvimento de processos educativos mais inclusivos e democráticos.

Enfim, os estudos permitiram compreender que avaliar implica interpretar realidades, tomar decisões e reorganizar práticas pedagógicas diante das necessidades concretas do processo educativo. Nessa perspectiva, a avaliação assume caráter ético, político e pedagógico, exigindo dos professores posicionamento crítico, planejamento e compromisso com a formação humana.

Dessa forma, é essencial que professores e gestores reflitam criticamente sobre suas práticas avaliativas, buscando desenvolver processos mais humanizados e comprometidos com as aprendizagens.

PALAVRAS-CHAVE: Avaliação educacional. Aprendizagem. Prática pedagógica. Democratização da educação. Avaliação formativa.

REFERÊNCIAS

FRANCO, Maria Amélia Santoro. **Práticas pedagógicas de ensinar-aprender:** por entre resistências e resignações. **Educ. Pesqui.**, São Paulo, v. 41, n. 3, p. 601-614, jul./set. 2015.

LUCKESI, Cipriano Carlos. **Verificação ou avaliação:** o que pratica a escola? São Paulo: FDE, 1990.

SOUSA, Sandra Zákia; LOPES, Valéria Virgínia. **Avaliação educacional:** de aprendizagem, institucional, em larga escala. São Paulo: Contexto, 2024.

OS NOVOS “REFORMADORES”: UMA ANÁLISE DA REFORMA EMPRESARIAL DA EDUCAÇÃO

Ana Carla Baia Rodrigues
Cintia Rejane Cunha de Souza
Daniela Lopes Dos Santos
Evelyn Gomes de Melo
Iva Shaskia Raiol Padilha
Ana Claudia Ferreira Rosa

INTRODUÇÃO

O presente resumo se constituiu com o objetivo de analisar o capítulo “Os novos reformadores”, do livro “A Reforma Empresarial da Educação”, de Luiz Carlos de Freitas, destacando o impacto das reformas neoliberais para as escolas. A obra discute o avanço das políticas neoliberais na educação e a crescente influência de empresários, fundações privadas e estruturas internacionais sobre os sistemas educacionais. O autor demonstra que essas reformas se limitam à modernização administrativa da escola, mas representam uma transformação ideológica que busca inserir a educação na lógica do mercado e da competição.

O estudo evidenciou que mecanismos como avaliações padronizadas, terceirizações, meritocracia e políticas de responsabilização são usados para aproximar a escola pública do modelo empresarial. Além disso, o destaca o papel de organismos internacionais e das redes de influência política e econômica na expansão da reforma empresarial da educação em diferentes países, incluindo o Brasil.

Conclui-se que a defesa da educação pública exige compreender os objetivos e estratégias dos “novos reformadores”, fortalecendo a resistência em favor de uma escola democrática, crítica e transformadora.

METODOLOGIA

O presente trabalho foi desenvolvido por meio de pesquisa bibliográfica e análise textual do capítulo “Os novos reformadores”, presente no livro “A Reforma Empresarial da Educação”, de Luiz Carlos de Freitas. A metodologia utilizada consistiu na leitura detalhada do capítulo, identificação das principais ideias do autor e organização das informações de forma crítica e descritiva. Inicialmente, realizou-se a leitura integral de todo o livro em questão, e só então destacando os conceitos centrais relacionados ao neoliberalismo, à privatização da educação e à reforma empresarial do ensino do determinado capítulo. Adicionalmente, foram analisados estudo de Friedmann e Sahlberg.

A pesquisa buscou compreender os impactos das políticas neoliberais sobre a escola pública, bem como as estratégias utilizadas pelos chamados “novos reformadores” para ampliar a presença do setor privado na educação e como a educação está sendo transformada por essas políticas.

DISCUSSÃO E RESULTADOS

O capítulo “Os novos reformadores”, presente no livro “A Reforma Empresarial da Educação”, de Luiz Carlos de Freitas, apresenta uma reflexão crítica sobre as transformações ocorridas na educação pública nas últimas décadas. O autor busca demonstrar que a escola passou a ser alvo de reformas inspiradas nos princípios do neoliberalismo, que compreende a sociedade a partir da lógica do mercado, da concorrência e do mérito individual. Segundo Freitas, os defensores dessas reformas acreditam que a competição é capaz de produzir qualidade e eficiência em todas as áreas sociais, inclusive na educação. Dessa forma, a escola deixa de ser vista como um direito social garantido pelo Estado e passa a ser entendida como um serviço que pode ser adquirido pelos cidadãos no mercado educacional. A proposta dos vouchers educacionais, inspirada nas ideias de Milton Friedman (1984), representa uma das principais estratégias

desse modelo. O autor também discute o avanço das políticas de responsabilização, das avaliações padronizadas e da influência empresarial sobre os sistemas públicos de ensino.

As reformas educacionais sucessivas em diversos países foram ressaltadas por Sahlberg (2012), como Movimento Global de Reformas Educacionais (GERM). Esse movimento adotou altos níveis de responsabilização e de prestação de contas (accountability). Nesse contexto, professores e escolas passam a ser constantemente avaliados por índices de desempenho, enquanto o sucesso escolar é associado principalmente ao mérito individual. Entretanto, Freitas argumenta que tais reformas ignoram as desigualdades sociais e econômicas que interferem diretamente no processo de aprendizagem. O objetivo deste trabalho é analisar criticamente as principais ideias apresentadas no capítulo, destacando as consequências da reforma empresarial da educação para a escola pública e para o papel social da educação. A pesquisa possui caráter bibliográfico e fundamenta-se na análise do texto de Freitas e dos autores citados ao longo do capítulo.

A análise do capítulo evidencia que a reforma empresarial da educação está profundamente vinculada ao avanço do neoliberalismo em escala mundial. Para Luiz Carlos de Freitas, o neoliberalismo compreende a educação como um setor que deve funcionar de acordo com os princípios do mercado. Assim, mecanismos como concorrência, produtividade, metas e eficiência passam a orientar o funcionamento das escolas. Nesse modelo, o Estado é considerado ineficiente, sendo defendida a ampliação da participação empresarial na gestão educacional. A proposta dos vouchers educacionais aparece como uma alternativa para inserir a educação no mercado competitivo. Nesse sistema, os pais deixam de ser usuários de um serviço público e passam a atuar como clientes que escolhem escolas no mercado educacional, o que realmente apenas parece aumentar a segregação educacional. Outro aspecto relevante apresentado pelo autor é a utilização das avaliações externas padronizadas como instrumento de controle e responsabilização.

As escolas passam a ser classificadas por índices de desempenho, enquanto professores são pressionados a atingir metas estabelecidas pelos sistemas de ensino. Isso gera um ambiente de competição constante, reduzindo a autonomia docente e priorizando resultados quantitativos em detrimento da formação crítica dos estudantes. Freitas também demonstra que essas reformas possuem caráter internacional, sendo influenciadas por organismos como a Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e o Banco Mundial.

Essas instituições difundem políticas educacionais padronizadas voltadas para a formação de trabalhadores adaptados às exigências econômicas do capitalismo contemporâneo e da chamada Revolução Industrial. Além disso, o autor critica a ideia de meritocracia defendida pelos reformadores, segundo ele, o desempenho escolar não depende apenas do esforço individual, mas também de fatores sociais, econômicos e culturais. A pobreza, a desigualdade social e as condições de vida das famílias exercem forte influência sobre a aprendizagem dos estudantes.

Dessa maneira, responsabilizar exclusivamente professores e escolas pelos resultados educacionais significa ignorar problemas estruturais da sociedade, sem levar em consideração muitos fatores externos e interno da comunidade escolar. Outro ponto importante discutido no texto é o papel das fundações empresariais e das redes de influência política na formulação das políticas educacionais, grandes empresários, institutos privados e organizações sociais passaram a atuar diretamente na definição de currículos, avaliações e programas de gestão escolar. Essa influência fortalece o processo de privatização da educação pública e amplia o controle do setor privado sobre as decisões educacionais.

Assim a partir da análise do capítulo, percebe-se que a reforma empresarial da educação não busca apenas modificar métodos de gestão escolar, mas transformar profundamente a função social da escola. Em vez de promover emancipação humana, formação crítica e cidadania, a educação passa a priorizar a adaptação dos indivíduos às exigências do mercado de trabalho e da competitividade econômica.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se que o capítulo “Os novos reformadores” apresenta uma crítica contundente às políticas neoliberais implementadas na educação vêm redefinindo a função social da escola pública. A reforma empresarial da educação se constitui como projeto político e ideológico voltado à inserção da educação na lógica do mercado, da competitividade e da eficiência produtiva, reduzindo o papel do Estado e ampliando a influência empresarial sobre os sistemas de ensino.

Evidencia-se que mecanismos como avaliações padronizadas, políticas de responsabilização, meritocracia, terceirizações e ampliação da participação do setor privado contribuem para a consolidação de um modelo educacional fundamentado em critérios empresariais. Nesse contexto, a escola pública passa a ser pressionada por metas e índices de desempenho, enquanto professores e estudantes são submetidos a processos permanentes de controle e comparação, reduzindo a autonomia pedagógica e priorizando resultados quantitativos em detrimento da formação humana crítica.

A análise também evidenciou que tais reformas desconSIDERAM as desigualdades sociais, econômicas e culturais que interferem diretamente nos processos de aprendizagem. Ao responsabilizar individualmente escolas, docentes e estudantes pelos resultados educacionais, o modelo neoliberal ignora as condições estruturais que produzem exclusão e desigualdade, reforçando processos de segregação educacional e fragilização do direito à educação pública.

Outro aspecto relevante identificado no estudo refere-se à atuação de organismos internacionais, fundações empresariais e grupos privados na formulação das políticas educacionais contemporâneas. Essa influência amplia o processo de privatização da educação pública e fortalece a adequação da escola às demandas do mercado.

Diante da ofensiva do capital e de seus “novos reformadores” com suas políticas e agências que proclamam os interesses mercadológicos para a educação, urge denunciar essa ofensiva e anunciar o fortalecimento e a defesa da educação pública e a educação como direito de todos.

PALAVRAS-CHAVE: Neoliberalismo. Educação pública. Reforma empresarial. Privatização. Política educacional.

REFERÊNCIAS

FREITAS, Luiz Carlos de. **A reforma empresarial da educação: nova direita, velhas ideias**. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

FRIEDMAN, Milton. **Capitalismo e liberdade**. São Paulo: Abril Cultural, 1984.

SAHLBERG, Pasi. **El cambio educativo em Finlandia**. Que puede aprender el mundo? Buenos Aires: Paidós, 2012.

O DISPOSITIVO MATERNO NA EDUCAÇÃO INFANTIL: PERCEPÇÕES DOCENTES SOBRE GÊNERO E PROFISSIONALIZAÇÃO

Carolina da Costa Sarmiento
carolcsarmiento@gmail.com

Elisa Ferreira Silva
elisasilva2311@gmail.com

Ana Patrícia de Oliveira Fernandez
ana.fernandez@ifpa.edu.br
Instituto Federal do Pará

INTRODUÇÃO

A Educação Infantil constitui uma etapa fundamental da Educação Básica e desempenha papel central no desenvolvimento integral das crianças. Entretanto, a docência nesse segmento ainda é atravessada por concepções historicamente associadas ao cuidado, à maternidade e à afetividade, aspectos que influenciam a percepção social sobre o trabalho pedagógico realizado pelas professoras. A forte presença feminina na área contribuiu para a construção de um imaginário que naturaliza determinadas competências como atributos inerentes às mulheres, aproximando a prática docente de funções tradicionalmente atribuídas ao espaço doméstico.

Nesse contexto, a feminização do magistério na Educação Infantil não pode ser compreendida apenas como um dado quantitativo, mas como um fenômeno social e histórico relacionado às desigualdades de gênero e à desvalorização do trabalho docente. A associação entre docência e vocação, frequentemente sustentada por discursos essencialistas, tende a invisibilizar os conhecimentos técnicos e científicos envolvidos na atuação pedagógica com crianças pequenas. Além disso, tais concepções também impactam a forma como a presença masculina é percebida nesse campo profissional.

Embora a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB nº 9.394/96 reconheça a Educação Infantil como parte integrante da Educação Básica, ainda persistem desafios relacionados à valorização profissional, às condições de trabalho e ao reconhecimento da especificidade pedagógica dessa etapa. Dessa forma, discutir as relações de gênero na docência torna-se fundamental para compreender os processos de construção da identidade profissional das professoras e as dinâmicas sociais que atravessam o cotidiano escolar.

Diante disso, o presente estudo tem como objetivo analisar as relações de gênero na docência da Educação Infantil, buscando compreender como professoras atuantes no município de Belém-PA percebem as articulações entre cuidado, profissionalização e identidade docente em suas práticas cotidianas.

METODOLOGIA.

A presente investigação caracteriza-se como uma pesquisa de campo com abordagem qualitativa. Esta escolha metodológica justifica-se pela necessidade de compreender as subjetividades e os significados atribuídos pelas docentes às relações de gênero em seu cotidiano profissional. O cenário do estudo foi o município de Belém, Pará, e o corpus de participantes foi constituído por 13 professoras atuantes na Educação Infantil.

A coleta de dados, realizada entre os meses de março e abril de 2026, ocorreu em duas etapas complementares:

- Perfil Sociodemográfico: Aplicação de questionário via Google Forms para caracterização das participantes.
- Entrevistas: Utilização de um roteiro semiestruturado contendo dez perguntas fundamentais, voltadas à percepção das docentes sobre os papéis de gênero, a dualidade entre cuidado e educação, e a presença masculina na área.

Para o tratamento das informações, empregou-se a Análise Temática de Conteúdo, seguindo as fases propostas por Braun e Clarke (2006): a familiarização com os dados, a geração de códigos iniciais e a definição de temas transversais. Este processo permitiu a identificação de oito núcleos de sentido que reúnem as percepções e dinâmicas de gênero na docência, permitindo o diálogo entre as narrativas coletadas e os referenciais teóricos de gênero e feminização do magistério.

Com base nos arquivos fornecidos, elaboramos uma versão expandida e qualificada para as seções de Resultados e Discussão, e Considerações Finais, integrando as falas das participantes e o suporte teórico necessário para um resumo expandido acadêmico.

RESULTADOS.

As análises preliminares das narrativas das participantes indicam que as relações de gênero atravessam de maneira significativa a constituição da identidade docente na Educação Infantil. Os dados evidenciam tensões entre a dimensão pedagógica da profissão e expectativas sociais historicamente associadas ao cuidado e à maternidade.

Observou-se que parte das docentes ainda associa sua atuação a atributos tradicionalmente femininos, como afeto, paciência e cuidado, enquanto outras enfatizam a intencionalidade pedagógica e a dimensão técnica da docência. Tal dualidade aponta para a permanência de concepções assistencialistas que, historicamente, marcaram a Educação Infantil.

Os relatos também sugerem que a feminização do magistério influencia a percepção social sobre a profissão, especialmente no que se refere à naturalização do cuidado como característica “inerente” às mulheres. Paralelamente, emergiram indícios de resistência à presença masculina na área, sobretudo em situações relacionadas ao cuidado corporal das crianças, revelando desigualdades de gênero ainda presentes no espaço escolar.

Outro aspecto identificado refere-se à sobrecarga atribuída às docentes, decorrente da ampliação das demandas dirigidas à escola e da transferência de responsabilidades familiares para o ambiente educativo. As participantes também apontam desafios relacionados ao reconhecimento e à valorização profissional na Educação Infantil.

De modo geral, os resultados preliminares indicam que as relações de gênero permanecem estruturando práticas, expectativas e formas de reconhecimento da docência na primeira infância, reforçando a necessidade de debates formativos e institucionais sobre a temática.

CONSIDERAÇÕES FINAIS.

Os resultados preliminares desta investigação evidenciam que as relações de gênero continuam exercendo influência significativa sobre a docência na Educação Infantil, especialmente na forma como o trabalho pedagógico é socialmente percebido e vivenciado pelas professoras. As narrativas analisadas apontam para a permanência de concepções que associam o exercício docente a atributos historicamente vinculados ao feminino, como cuidado, afeto e maternidade, o que pode contribuir para a invisibilização da dimensão técnica e profissional da atuação docente.

Além disso, os dados iniciais sugerem que a feminização do magistério ainda produz impactos nas dinâmicas escolares, tanto na sobrecarga atribuída às docentes quanto nas resistências relacionadas à presença masculina nesse espaço educativo. Tais elementos revelam que as desigualdades de gênero permanecem atravessando o cotidiano da Educação Infantil e influenciando os modos de reconhecimento e valorização da profissão.

Por fim, destaca-se a importância de ampliar debates sobre gênero na formação docente e nas políticas educacionais, de modo a fortalecer a compreensão da Educação Infantil como um campo de atuação profissional fundamentado em conhecimentos pedagógicos específicos, para além de concepções naturalizadas de cuidado e vocação. A continuidade da pesquisa permitirá aprofundar as categorias

analíticas emergentes e compreender de maneira mais ampla os efeitos dessas relações na constituição da identidade docente.

PALAVRAS-CHAVE: Educação Infantil; Relações de Gênero; Identidade Docente.

AGRADECIMENTOS: Ao Instituto Federal do Pará (IFPA), pelo apoio institucional ao desenvolvimento desta pesquisa.

REFERÊNCIAS

BRUSCHINI, Cristina; AMADO, Tina. “Estudos sobre mulher e educação”. **Cadernos de Pesquisa**. São Paulo, n. 64, p.4-13, fev., 1988.

GAIA, A. C. (2015). **Gênero e Docência na Educação Infantil** : Reflexões das Relações entre a prática do cuidado e a atuação masculina em uma profissão culturalmente feminina. *Diálogos Acadêmicos*, p. 102.

OLIVEIRA, Andressa Camylle Alves de et al. **Gênero e docência na educação infantil**: uma revisão de literatura. 2025. Disponível em: <https://www.repositorio.ufal.br/handle/123456789/16789>

VIANNA CP. O sexo e o gênero da docência. **Cadernos Pagu**. Campinas, no 17-18, p.81-103, 2002.

ZANELLO, Valeska. **Prateleira do Amor**: Sobre Mulheres, Homens e Relações. 1ed. Curitiba: Appris, 2022.

“O BANHEIRO SEMPRE ESTÁ SUJO”: O NOVO PAR E OS DESAFIOS PARA PROMOÇÃO INTEGRAL DA DIGNIDADE MENSTRUAL NA ESCOLA

Manuely Cristina Saraiva Rego

manuellysaraivar@gmail.com

Priscilla Serra de Souza

prisserrasc@gmail.com

Mylla Katy Nunes

myllakaty4@gmail.com

Yasmin Brito Santos

yasmin.britosantos22@gmail.com

Prof^a Dr^a. Adriane Lima

adrianelima@ufpa.br

Universidade Federal do Pará.

INTRODUÇÃO

Este presente trabalho resulta de uma ação de extensão universitária baseada na educação popular sobre a temática da dignidade menstrual, construída por meio do diálogo entre universidade e comunidade, visando promover conscientização, acolhimento e transformação social. A dignidade menstrual vem sendo debatida como uma questão de saúde pública, direitos humanos e permanência escolar, especialmente diante das expressões da questão social presentes na realidade das estudantes da rede pública de ensino. Nesse cenário, o relatório do projeto “Menstruação sem tabu” (Moraes, 2024), evidencia que diversas meninas e pessoas menstruantes em idade escolar do ensino público vivem em situação de pobreza menstrual e são privadas de acesso ao saneamento básico, itens de higiene e informações adequadas sobre o próprio corpo.

Essa realidade interfere diretamente no desenvolvimento educacional, social e emocional desses estudantes. Por isso, se configura como uma problemática que afeta principalmente meninas pobres. Diante disso, indagamos: de que maneira a precariedade da infraestrutura escolar e falta de insumos para dignidade menstrual impactam a cotidianidade das estudantes na escola?

Para isso, partimos dos relatos de experiências porque se esforçam por contar uma história real, sentida na pele (Bertaux, 2010) de modo tensionar possíveis desafios do novo Plano Nacional de Educação que por meio do capítulo VII da Lei nº 15.388/2026, instituiu o Programa Nacional de Infraestrutura Escolar, que prevê a garantia de condições mínimas de funcionamento e salubridade das escolas públicas, além da redução das desigualdades estruturais entre as instituições de ensino no país. E isso inclui a garantia da dignidade menstrual

Dessa forma, o foco central do trabalho é analisar o suporte e infraestrutura escolar no período menstrual das estudantes evidenciando aspectos que perpassam suas vivências na garantia da dignidade menstrual. Enquanto os objetivos específicos são: identificar os materiais que faltam para a garantia da dignidade menstrual a partir dos relatos das alunas; descrever a situação dos banheiros escolares com base nas falas das estudantes; compreender os impactos da insalubridade estrutural dos banheiros na frequência das alunas durante o ciclo menstrual.

A partir disso, é relevante dar visibilidade a essa discussão porque desmitifica tabus (Freire, 2019) desvela vivências de adolescentes e seus desafios durante o período menstrual. Além do mais, oferece subsídios para formulação de políticas públicas educacionais que atendam essa especificidade de modo a assegurar uma educação de qualidade e integral.

METODOLOGIA

Este trabalho trata-se de uma pesquisa de campo sobre menstruação e espaço escolar que emprega uma abordagem qualitativa de caráter descritivo que visa a descrição de características e situações

vivenciadas pelos sujeitos (Gil, 2017). O lócus do estudo é referente à uma escola periférica de Belém com turmas do Ensino Fundamental II (6º ao 9º ano).

Para a produção dos dados realizamos a elaboração de um roteiro de perguntas abertas sobre a percepção das alunas quanto ao suporte do banheiro escolar no período de menstruação e utilizamos uma estratégia metodológica de uma caixa de perguntas, com o intuito que os estudantes retirassem dúvidas acerca da menstruação. Ao todo, foram obtidas 38 respostas e, em seguida, transcrevemos as respostas e submetemos à Análise de Conteúdo bardiniana (Bardin, 2011).

Essa análise passa por três fases: “pré análise”; a segunda, à “exploração do material”; e a terceira engloba o “tratamento dos resultados, a inferência e a interpretação”. Em síntese, respectivamente, cada fase do exame dos dados consiste em leitura e seleção do material, codificação e categorização para finalmente identificar padrões e temas pertinentes que foram informados pelos dados (Bardin, 2011).

RESULTADOS

Como ponto de partida, apresentamos o quadro 1 sintetizando os principais achados do estudo que compõe o *corpus* analítico.

Quadro 1 — Síntese dos achados da análise temática

Categoria	Descritor	Material Empírico
1. falta de material	agrega relatos sobre a falta de material de higiene.	“falta papel higiênico” “não tem absorvente no banheiro”
2. Insalubridade	reúne trechos sobre a ausência de limpeza e infraestrutura adequada.	“o banheiro sempre está sujo” “a descarga não funciona” “as portas do banheiro não fecham” “as lixeiras não tem sacola”

Fonte: Próprias autoras (2026)

De modo geral, os relatos coletados denunciam a falta de materiais necessários e muito utilizados no período menstrual como o papel higiênico e absorvente. De acordo com Adomaitis *et al.* (2025, p. 6) isso “é um desafio, especialmente onde esses itens são escassos [ou ausentes]” e se pode se tornar maior pois implica na frequência das alunas durante o período menstrual podendo trazer impactos negativos nos seus rendimentos escolares. Essa situação tensiona o Novo Par ao evidenciar como privações materiais mais básicas violam a dignidade menstrual, com dados atuais, de como o processo menstrual ainda carece ser atendido de maneira integral para beneficiar a permanência das estudantes na escola, sobretudo aquelas que estão em vulnerabilidade socioeconômica e são vítimas da pobreza menstrual. Nesse contexto, percebe-se que a precariedade estrutural da instituição escolar vai além de um problema sanitário, pois também evidencia desafios para as metas do Plano Nacional de Educação, devido à sua ligação direta com o afastamento das estudantes do ambiente escolar durante o ciclo menstrual e, possíveis impactos negativos em seu rendimento escolar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Consoante ao objetivo geral deste estudo que é analisar o suporte e infraestrutura escolar no período menstrual das estudantes evidenciando aspectos que perpassam suas vivências na garantia da dignidade menstrual e a questão problema norteadora que é de que maneira a precariedade da infraestrutura escolar e falta de insumos para dignidade menstrual impactam a cotidianidade das estudantes na escola? Constatamos que as estudantes não têm suporte relativos a utensílios que garantem a plenitude da dignidade menstrual e nem infraestrutura salubre.

Mediante as fragilidades relacionadas à infraestrutura escolar, especialmente no que se refere às condições dos banheiros, à disponibilidade de papel higiênico e à dificuldade de acesso a ele durante as aulas são fatores que incidem diretamente no conforto e segurança das estudantes em frequentarem a escola durante o ciclo menstrual o que atrela a dignidade menstrual às condições de permanência, bem estar e desempenho acadêmico. Portanto, a implementação da infraestrutura garantida no Novo Par tem um grande desafio para sua efetividade que é a garantia de direitos básicos das alunas poderem frequentar a escola nos dias em que estão menstruadas com segurança e assegurando materiais de higiene necessários.

Por fim, essa discussão sobre dignidade menstrual no ambiente escolar ultrapassa questões biológicas, configurando-se como um debate relacionado à garantia de direitos, à saúde pública e à permanência dos estudantes na escola. Embora existam políticas educacionais e programas voltados para a melhoria da infraestrutura das instituições públicas, como o Programa Nacional de Infraestrutura Escolar previsto no novo Plano Nacional de Educação, a realidade observada durante a pesquisa evidencia um distanciamento entre o que é estabelecido legalmente e as condições efetivamente oferecidas nas escolas.

PALAVRAS-CHAVE: Menstruação. Dignidade menstrual. Escola. Infraestrutura escolar.

REFERÊNCIAS

ADOMAITIS, Jennifer Caroline de Oliveira *et al.* Saúde menstrual: uma análise de experiências entre adolescentes escolares. **Revista da Escola de Enfermagem da USP**, São Paulo, v. 59, e20250003, p. 1-9, 2026. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/reeusp/a/vKVHTLhtGbYFkPFNT5rxGKv/>. Acesso em: 15 maio 2026.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BERTAUX, Daniel. **Narrativas de Vida**: a pesquisa e seus métodos. Trad. Zelia de Almeida Cardosos. Natal: EDUFRN; São Paulo: Paulus, 2010.

BRASIL. **Lei nº 14.214, de 6 de outubro de 2021**. Institui o Programa de Proteção e Promoção da Saúde Menstrual. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 7 out. 2021.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. 63. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2019.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

MORAIS, Janaína de Araújo. "Menstruação sem Tabu: uma reflexão sobre a experiência com oficinas de educação menstrual em escolas e instituições públicas. **Revista de Antropologia da UFScar**, v. 16, n 2, p 131-157, 17 jan 2024

SILVA, Ana Carolina et al. "Menstruação sem tabu": uma reflexão sobre oficinas de educação menstrual. **Revista de Antropologia da UFScar**, São Carlos, v. 14, n. esp., 2022.

PARTIU IVS: OFICINAS DE LEITURA E PRODUÇÃO DE CONTEÚDO MULTIMÍDIA COMO FERRAMENTAS PARA O ACESSO A EDITAIS DA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL

Bruna de Almeida Cruz

bruna.cruz@ifpa.edu.br

Emily Vanzaler Chaves

emilyvanzaler19@gmail.com

Lorrana Keller Monteiro Siqueira

lorranakellermonteiro@gmail.com

Ana Claudia Ferreira Rosa

ana.rosa@ifpa.edu.br

Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Pará

INTRODUÇÃO

O estudo tem por objetivo apresentar o projeto de ensino “Partiu IVS” oficinas de leitura e produção de conteúdo multimídia como ferramentas para o acesso a editais da assistência estudantil, para ampliar o alcance das ações que têm por foco a permanência e êxito dos estudantes do Instituto Federal do Pará (IFPA) – Campus Belém

O projeto visa contribuir com o processo de leituras de editais para a participação nos editais para concessão de auxílio estudantil com base no Índice de Vulnerabilidade Social (IVS), e conta com uma equipe multidisciplinar formada por professores e estudantes de pedagogia vinculados ao Grupo de Pesquisa em Formação de Professores: Saberes e Práticas Educativas na Amazônia Paraense (GPFOP), técnicos administrativos do Coordenação de Assuntos Estudantis e Ações inclusivas (CAEST), Núcleo de Atendimento as Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas (NAPNE) e Educação a Distância (EAD).

Apoia-se a relevância desta divulgação na possibilidade de ampliar a informação ao público-alvo das políticas de assistência estudantil e demais estudantes que tenham possibilidade de participar de ações da assistência e/ou do projeto como monitores voluntários.

METODOLOGIA

O presente resumo expandido caracteriza-se como um estudo descritivo, de abordagem qualitativa, configurado como relato de experiência acerca da construção e implementação inicial do projeto de ensino “Partiu IVS”, desenvolvido no IFPA – Campus Belém. A elaboração do projeto partiu de análises bibliográfico-documentais e do levantamento de dados institucionais referentes aos índices de indeferimento nos editais de assistência estudantil disponibilizados pela Coordenação de Assuntos Estudantis e Ações Inclusivas (CAEST).

A partir desse diagnóstico, foram realizadas reuniões de planejamento e alinhamento entre a equipe multidisciplinar composta por docentes, técnicos administrativos e discentes vinculados ao Grupo de Pesquisa em Formação de Professores: Saberes e Práticas Educativas na Amazônia Paraense (GPFOP), ao NAPNE, à CAEST e à Educação a Distância (EAD), em encontros presenciais e remotos via Google Meet.

O projeto encontra-se em fase de desenvolvimento e organização das oficinas de letramento institucional e produção de conteúdos multimídia, com foco na ampliação do acesso estudantil aos editais de assistência estudantil e na redução dos índices de indeferimento por inconsistências documentais.

RESULTADOS

O projeto de ensino a que este estudo se refere se agrega à assistência estudantil que é uma política nacional, que tem como público-alvo estudantes em vulnerabilidade socioeconômica, com a finalidade

de contribuir para a sua permanência na instituição de ensino e o êxito acadêmico. No conjunto de regulações que asseguram essa política no Brasil constam: a Constituição Federal de 1988, o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), instituído pelo Decreto nº 7.234/2010, que atualmente está consolidado pela Lei 14.914/2024, referente à Política Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), conforme ressaltado no projeto. (IFPA, 2026)

O projeto de ensino iniciou no primeiro semestre de 2026, por uma reunião de esforços coletivos para atuar sobre um problema identificado nos resultados dos editais de IVS que apresenta recorrente e o indeferimento por erro no preenchimento, identificado pela falta de documentos. Esse cenário revela não necessariamente a falta de perfil nos critérios dos estudantes para validar o índice, mas a existência de barreiras institucionais que impactam diretamente a comprovação de vulnerabilidade e a permanência estudantil. Assim, as ações para mitigar as barreiras de compreensão da linguagem institucional dos editais para o auxílio estudantil se colocou como necessidade de intervenção pedagógica.

Nesse contexto, práticas que promovem o compartilhamento de experiências leitoras mostram-se fundamentais, pois contribuem para desmistificar a escrita e o livro, favorecendo uma relação mais natural com a leitura e fortalecendo a formação de leitores capazes de interpretar as múltiplas mensagens do contexto social (Martins, 2004).

Diante das condições indicadas, este projeto propõe uma intervenção pedagógica-institucional, de abordagem qualitativa e caráter interventivo, articulando ações de letramento institucional, orientação acadêmica e inovação metodológica, baseadas no desenvolvimento de ações formativas, oficinas e produtos educacionais voltados a qualificação do acesso ao IVS.

O estudo corrobora Freire, afirmando que a leitura crítica não se realiza de forma automática ou superficial, ela se alinha às práticas educativas que possibilitem aos estudantes posicionar-se diante dos textos e de sua realidade (Freire, 1996).

A proposta busca fomentar o letramento institucional e a literacia desses documentos por meio de oficinas pautadas em metodologias ativas, como a Aprendizagem Baseada em Projetos (ABP) e em Problemas (ABPr). Nessas abordagens, o estudante conduz o processo para solucionar um problema real: a dificuldade de interpretação dos editais. Para isso, serão desenvolvidos produtos educacionais como mapas mentais para sistematização de fluxos, conteúdos em áudio para dúvidas frequentes e vídeos com roteiros acessíveis à linguagem estudantil.

Diferente de uma “educação bancária” (Freire, 2014), as oficinas promovem uma apropriação prática, unindo as experiências de mundo dos alunos às informações normativas, visando reduzir o índice de indeferimentos e fortalecer a permanência estudantil no IFPA.

O percurso metodológico do projeto foi dividido em quatro fases integradas, descritas a seguir:

1. Fase de Diagnóstico e Planejamento:

A equipe, composta por servidores e discentes de pedagogia vinculados ao GPFOP, realizou uma análise bibliográfico-documental dos editais de assistência estudantil e dos dados de indeferimento fornecidos pelo CAEST. Foram realizadas reuniões de alinhamento (presenciais e via Google Meet) para identificar os termos técnicos que geram maior ambiguidade para os estudantes.

2. Organização das Oficinas de Letramento Institucional:

As oficinas foram planejadas sob a ótica das Metodologias Ativas, especificamente a Aprendizagem Baseada em Problemas (ABPr). O planejamento prevê encontros presenciais divididos por eixos temáticos: 1 - Eixo de Leitura Crítica: Exercícios de análise de editais onde os alunos identificam prazos, documentos obrigatórios e critérios de exclusão, transformando a linguagem técnica em uma linguagem mais acessível; 2 - Eixo de Organização Documental: Simulações práticas de preenchimento de formulários e digitalização de documentos conforme as exigências do sistema institucional.

3. Produção de Conteúdo Multimídia e Protagonismo Juvenil:

Uma inovação metodológica do projeto é a criação de produtos educacionais pelos próprios estudantes monitores e participantes. Isso inclui a elaboração de mapas mentais para visualização do fluxo de inscrição e a produção de vídeos curtos (roteirizados de forma criativa) e áudios explicativos. Essa etapa visa utilizar a linguagem entre pares para facilitar a literacia dos documentos institucionais.

4. Avaliação e Divulgação de Resultados:

A eficácia das oficinas será avaliada comparando-se os índices de deferimento antes e após as intervenções, além da coleta de feedbacks dos participantes sobre a clareza dos novos materiais produzidos. A divulgação das ações ocorre de forma permanente via mídias digitais e participação em eventos acadêmicos, como o presente Simpósio.

Entre os resultados e Impactos esperados constam o fortalecimento da permanência e êxito estudantil, a maior segurança dos estudantes ao lidar com editais, o desenvolvimento da leitura crítica, a inclusão dos estudantes que se encontram em vulnerabilidade social, a participação mais ativa na vida acadêmica através de ações interdisciplinares teóricas e práticas. Produção de uma cartilha de acesso ao IVS, entre outros aspectos.

Como ações já realizadas, destacam-se as reuniões de alinhamento, a divulgação via cartazes e mídias digitais, comunicações com coordenações via e-mail, além da abertura de inscrições para as oficinas e a participação no V Simpósio de Pedagogia do IFPA – Campus Belém.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considera-se que o projeto Partiu IVS ao divulgar suas ações amplia a possibilidade de atendimento para o letramento institucional e favorece a compreensão de normas institucionais para a participação com sucesso em editais e ao cumprimento de exigências burocráticas para o acesso às políticas de assistência.

A leitura crítica, foco das ações contribui com a inclusão de estudantes que se encontram em vulnerabilidade social, incentiva a participação mais ativa dos alunos na vida acadêmica através de ações interdisciplinares teóricas e práticas.

Espera-se que os produtos educacionais como cartilhas, mapas mentais e produções audiovisuais para orientá-los na leitura e inscrições dos editais de auxílio estudantil sejam mediadores na ampliação do acesso aos auxílios estudantis, reduzindo o número de indeferimentos por erro documental, a evasão escolar, contribuindo com a permanência e êxito dos estudantes.

PALAVRAS-CHAVE:

Auxílio estudantil. IVS. Oficina de leitura. Editais Protagonismo juvenil.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos aos estudantes público-alvo do projeto, por suas participações nas oficinas, aos discentes que se voluntariaram para o desenvolvimento do projeto, aos professores e técnicos envolvidos direta e indiretamente, por aceitarem o desafio de contribuir com processos pedagógicos formativos e inclusivos.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei nº 14.914, de 3 de julho de 2024.** Institui a Política Nacional de Assistência Estudantil (PNAES). Diário Oficial da União, Brasília, DF. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2024/lei-14914-3-julho-2024-795887publicacaooriginal-172283-pl.html>. Acesso em: 12 maio 2026.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia.** São Paulo: Paz e Terra, 1996. (Coleção Leitura).

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido.** Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2014. p. 79-106.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PARÁ. (IFPA).
“**PARTIU IVS**”: oficinas de leitura e produção de conteúdo multimídia como ferramentas para o acesso a editais da assistência estudantil. IFPA, Campus Belém, 2026.

MARTINS, Maria Helena. **O que é leitura**. São Paulo: Brasiliense. (Coleção primeiros passos; 74).

A RESSIGNIFICAÇÃO DOS CÍRCULOS DE CULTURA DE PAULO FREIRE NO ENSINO DA MATEMÁTICA EM TURMAS DA EJA

Antonia Rayrume Ribeiro Dias

antoniarayrume@gmail.com

Matheus Costa da Silva

contatomatheusdev47@gmail.com

Paulo Bruno Santana Nogueira

brunosn20@hotmail.com

Priscila Freitas dos Santos

priscilafreitas1702@gmail.com

Márcia Cristina Lopes e Silva

marcia.lopes@ifpa.edu.br

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará

INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem o objetivo de analisar como trabalhar os círculos de cultura nas aulas de Matemática, especificamente em turmas da EJA (Educação de Jovens e Adultos), através do tema gerador “Construção e Reforma”, de modo contextualizado, valorizando os saberes prévios do indivíduo.

Segundo Freire (1996), a implementação de práticas pedagógicas que envolvam o diálogo entre aluno e professor é uma necessidade ética, e não apenas uma opção, pois ensinar um conteúdo sem respeitar a visão de mundo que o estudante possui é o mesmo que, de certa forma, desvalorizar toda a bagagem cultural que o discente carrega consigo.

Vieira e Silva (2019) afirmam que o círculo de cultura também contribui para a emancipação social do indivíduo. No ensino da Matemática, isso significa dizer que a pessoa não aprende apenas a operar com números, mas entender como a Matemática impacta sua vida social, econômica e política. Além disso, Fonseca (2024) argumenta que a EJA exige uma metodologia específica.

Daí, surge a necessidade da implementação do círculo de cultura pois, para a autora, o adulto precisa de uma Matemática que faça sentido em suas práticas sociais, a qual só pode ser alcançada através do diálogo. Diante disso, Cavalcante (2024) aponta que a medição e o cálculo de áreas são conteúdos que, além de estarem diretamente relacionados com a Matemática, encontram-se muito presentes no contexto social e laboral de muitos alunos. Portanto, o uso do tema gerador “Construção e Reforma” torna o ensino da Matemática mais acessível, motivador e inclusivo para as turmas da EJA.

METODOLOGIA

O estudo caracteriza-se como uma intervenção pedagógica às turmas de Educação de Jovens e Adultos (EJA), de abordagem qualitativa, visando a implementação dos círculos de cultura na perspectiva freireana, aliada ao tema gerador “Construção e Reforma”, para o ensino da Geometria Plana, especificamente o cálculo de áreas de superfícies. Essa intervenção será feita em três etapas, as quais são fundamentadas na teoria freireana, sendo elas: investigação temática, codificação e decodificação (FREIRE, 1987).

Na primeira etapa, será feito um levantamento com os alunos para verificar as possíveis experiências que eles possuem com o tema gerador “Construção e Reforma”. Esta primeira etapa será conduzida por meio da troca de diálogos, a qual possibilitará montar um perfil dos estudantes e identificar as estratégias informais que eles utilizam para medir espaços fora do ambiente escolar.

Na segunda etapa, correspondente à codificação, estarão presentes, em sala de aula, objetos comumente utilizados na construção civil, tais como: planta baixa, trena, fita métrica e até mesmo orçamentos de lojas de materiais de construção. Eles servirão para, além de aproximar o cotidiano dos alunos do

ambiente escolar, mostrar como o conhecimento matemático pode auxiliar na utilização eficiente desses objetos.

Na terceira e última etapa (decodificação), será realizada uma atividade prática com o objetivo de aplicar os conceitos da Geometria Plana na construção civil. Dessa forma, os alunos terão que realizar medições para calcular a área de pisos e paredes, com a finalidade de determinar a quantidade necessária de tintas e lajotas para uma possível reforma ou construção de um ambiente. Essa atividade será feita dentro do ambiente escolar, com o auxílio do professor.

RESULTADOS

Através deste estudo, espera-se que os alunos da Educação de Jovens e Adultos (EJA) vejam a Matemática como um conhecimento que possa, de fato, trazer compreensão e possibilidade de transformação da realidade. Por meio da contextualização que o tema gerador “Construção e Reforma” oferece, deseja-se que os estudantes percam a aversão, o “medo” e o bloqueio histórico que muitos alunos da EJA possuem em relação à Matemática formal (BRITO, 2001). Quando estes passam a enxergar os conceitos “abstratos” sendo aplicados no cotidiano, a aprendizagem torna-se muito mais significativa.

Além disso, presume-se que aqueles alunos que trabalham na construção civil ou têm algum tipo de contato com esta possam utilizar os conhecimentos de Geometria Plana para potencializar a sua atividade laboral, tornando-a mais eficiente, segura e técnica. Conforme apontam Carraher, Carraher e Schliemann (2011), o estudante desenvolve a habilidade de usar a Matemática como uma ferramenta de otimização e ressignificação não só para si, mas também para a sociedade. Ademais, este processo tem como objetivo trazer um sentimento de pertencimento e reconhecimento dos discentes como produtores de conhecimento.

Por fim, almeja-se que este trabalho desenvolva nos estudantes uma visão mais crítica do mundo, utilizando-se da Matemática como principal meio para isso. É fato que a Matemática está presente em diversas áreas da vida desses indivíduos. Entretanto, não basta apenas saber isso, deve-se entender como e por que os conhecimentos desenvolvidos no ambiente escolar estão relacionados com o cotidiano dos alunos. O conhecimento matemático torna-se algo que vai muito além da simples compreensão e manipulação de símbolos, ele é, na verdade, uma poderosa ferramenta de transformação que permite desenvolver, no indivíduo, uma prática social para sua própria emancipação social (FONSECA, 2005).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A proposta pedagógica presente neste trabalho cumpre o seu papel ao usar o círculo de cultura como um meio de aproximação entre estudantes da Educação de Jovens e Adultos (EJA), professores e realidade social para ensinar Geometria Plana através do tema gerador “Construção e Reforma”. Através da metodologia utilizada, é possível romper com o ensino rígido e formal que frequentemente caracteriza a Matemática, possibilitando uma aprendizagem significativa e aliada ao contexto social, cultural, político e econômico dos indivíduos.

Ademais, é importante destacar como as disciplinas pedagógicas presentes em um curso de Licenciatura são fundamentais, visto que esse projeto nasceu de uma atividade prática da disciplina de EJA, do curso de Licenciatura em Matemática. Para os licenciandos, trabalhos como este têm o potencial de desenvolver uma formação mais sólida e humana (FREIRE, 1996).

Para concluir, embora este estudo configure uma proposta em estágio inicial, esse fator não reduz a sua importância e traz consigo diferentes possibilidades de implementação de práticas pedagógicas em turmas da EJA. Por fim, deduz-se que ensinar Matemática utilizando a metodologia do círculo de cultura resulta, de fato, em um conhecimento aliado ao contexto social e que carrega consigo um meio pelo qual o indivíduo pode alcançar a sua emancipação social.

PALAVRAS-CHAVE: Círculos de cultura. EJA. Geometria plana. Tema gerador.

AGRADECIMENTOS: Agradecemos ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará (IFPA) pela oportunidade e promoção do evento assim como à professora, que ajudou no desenvolvimento deste trabalho do início ao fim.

REFERÊNCIAS

BRITO, Márcia Regina Ferreira da (org.). **Psicologia da educação matemática: teoria e pesquisa**. Campinas: Alínea, 2001.

CARRAHER, Terezinha; CARRAHER, David; SCHLIEMANN, Analúcia. **Na vida dez, na escola zero**. 16. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

CAVALCANTE, Jaziel de Lima. **Ensino da matemática para professores da EJA através do levantamento de quantitativo de revestimento na construção civil: uma abordagem prática e interdisciplinar**. 2024. 201 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Matemática) – Universidade Federal de Alagoas, Instituto de Matemática, Maceió, 2024.

FONSECA, Maria da Conceição Ferreira Reis. **Educação matemática de jovens e adultos: especificidades, desafios e contribuições**. Belo Horizonte: Autêntica, 2024.

FONSECA, Maria da Conceição Ferreira Reis. **Letramento e numeramento: pressupostos teóricos e desafios metodológicos**. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

VIEIRA, Joana Barral Lopes; SILVA, Maria Cecília de Paula. Os círculos de cultura como possibilidade pedagógica na perspectiva da emancipação: uma experiência no PROEJA de uma escola pública de Salvador – BA, Brasil. **RIAEE – Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, Araraquara, v. 14, n. 2, p. 601–619, abr./jun. 2019.

PERCEPÇÕES DE LICENCIANDOS EM BIOLOGIA SOBRE O ENSINO DE JOVENS, ADULTOS E IDOSOS (EJAI): EXPECTATIVAS, DIFICULDADES E PROPOSTAS

Isabele Baia Macedo

isabelem487@gmail.com

Layse Ester Almeida da Silva

laysedasilva2006@gmail.com

Priscila Alcone Peres Neves

cilaapneves@gmail.com

Raabe de Oliveira Santos

raabeoliveira612@gmail.com

Prof. Dra. Márcia Cristina Lopes e Silva

marcia.lopes@ifpa.edu.br

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará, Campus Belém.

INTRODUÇÃO

Discutir Educação de Jovens, Adultos e Idosos (EJAI) na licenciatura em Biologia é muito importante, pois, evidencia uma lacuna na formação docente. Isto se deve ao fato da formação acadêmica ainda se concentrar, majoritariamente, no ensino regular. A consequência disto são discentes inseguros em atuar em turmas de EJAI.

A prática de ensino na modalidade exige do futuro professor uma reformulação o modelo tradicional de ensino, o qual deve considerar a partir as vivências dos alunos e a interdisciplinaridade, para que o aprendizado seja mais significativo e efetivo. Dessa forma, preparar bem o licenciando de Biologia para a EJAI é a grande chave para manter esse público motivado e ajudar a evitar a evasão escolar.

A pesquisa se justifica pela necessidade urgente de voltar o olhar para a preparação dos futuros professores de Biologia que atuarão na EJAI. Para tal, a escolha metodológica da entrevista por ouvir licenciandos em Biologia torna-se um grande diferencial deste trabalho. Dada a extrema relevância que é dar voz aos futuros profissionais, como forma de mapear as suas reais inseguranças, percepções e expectativas na prática do ensino em EJAI. Ouvir quem está vivenciando o curso de Licenciatura permite que a pesquisa saia do campo das suposições teóricas e mostre a realidade da formação docente. Nesse contexto, conhecer as legislações e os fundamentos teóricos é essencial para a compreensão do estudo da EJAI, pois fornecem diretrizes que garantem o direito à educação e orientam a prática pedagógica. (SILVA; CORDEIRO. 2024. Pag. 3). O presente relatório tem como objetivo analisar as percepções de discentes da área de Licenciatura em Biologia, em relação a atuação docente com foco na modalidade de EJAI, com ênfase nas lacunas formativas, como a falta de contato de discentes com turmas da modalidade, pouca discussão sobre metodologias específicas para adultos, formação muito focada no ensino regular, bem como nos desafios pedagógicos e nas possibilidades de construção de práticas educativas significativas.

METODOLOGIA.

A metodologia adotada nesta pesquisa caracteriza-se como qualitativa, exploratória e descritiva, havendo como objetivo entender as percepções de licenciandos e de uma docente acerca do ensino de Biologia na Educação de Jovens e Adultos (EJA). Participaram cinco estudantes do curso de Licenciatura em Biologia, sendo quatro vinculados ao IFPA e um à UEPA, além da docente de Licenciatura em Biologia do IFPA. As entrevistas foram realizadas por meio de um questionário semiestruturado composto por cinco perguntas.

As questões abordaram pontos como as diferenças entre o ensino regular e a EJA, a preparação para atuar nessa modalidade, os desafios no processo de ensino e as contribuições do ensino de Biologia para a permanência dos estudantes da EJA. Assim, fatores relevantes como a diversidade de idades,

experiências de vida, a rotina de trabalho e os níveis de aprendizagem distintos e, bem como a importância de valorizar os saberes prévios e de adotar metodologias práticas e participativas serviram de base para a análise dos dados, utilizou-se a análise temática de conteúdo, organizada a partir dos objetivos específicos da pesquisa.

RESULTADOS

A seguir, são apresentados os resultados obtidos a partir das respostas dos licenciandos e da licenciada, organizados dentro das categorias de análise e discutidos conforme o referencial teórico.

1. Percepção sobre as diferenças curriculares e metodológicas entre EJA e ensino regular

Todos os licenciandos entrevistados afirmaram haver diferença entre o ensino de Biologia na EJA e no ensino regular. A natureza dessa diferença, contudo, não está no conteúdo em si, mas na abordagem, no ritmo e na profundidade. Essa percepção está em perfeita sintonia com a defendida por Carvalho (2026), onde afirma que “a educação pensada para atender jovens e adultos, tal como é proposta pela EJA, precisa levar em conta as especificidades educacionais do público atendido” (Carvalho, 2026, p. 14).

Em se tratando, especificamente, do conteúdo da Biologia a um reforço em sua análise, já que “é necessário primar por práticas que não apenas abranjam a realidade de vida dos alunos, mas que também chamem a atenção para um conjunto de aspectos que compõem a própria vivência e a realidade existencial do público em questão” (p. 14). Souza & Barbosa (2021), consideram que “a tônica, independentemente da prática utilizada em sala de aula, é que o docente esteja atento à contextualização dos conteúdos” (Souza & Barbosa, 2021, p. 188).

2. Avaliação da formação recebida para atuar na EJA

Neste ponto, os dados revelam um quadro preocupante. Quatro dos cinco licenciandos consideram sua formação insuficiente ou ausente para atuar na EJA. Apenas uma aluna afirma ter tido bom aproveitamento nas disciplinas que contemplam a temática. Esses achados dialogam diretamente com a conclusão de Carvalho (2026) classifica que “a formação docente surge como um desafio significativo a ser enfrentado”. Souza & Barbosa (2021) completa afirmando que “é no mínimo desafiador para os docentes encontrar evidências da aplicabilidade de métodos de ensino para esse público-alvo” (Souza & Barbosa, 2021, p. 187).

A falta de estágios práticos, a ausência de disciplinas específicas sobre a EJA e o predomínio de uma formação voltada para o público regular são lacunas apontadas pelos próprios licenciandos. Sem a efetiva experiência na modalidade, as práticas tradicionais e descontextualizadas tendem a se perpetuar, e os licenciandos saem da graduação sem o repertório necessário para atuar na EJA.

3. Dificuldades antecipadas para lecionar na EJA

As dificuldades mencionadas pelos licenciandos podem ser agrupadas em três dimensões principais:

- Dimensão pedagógico-didática: adaptar linguagem e metodologias para diferentes níveis de conhecimento; planejar aulas que dialoguem com vários perfis; fazer a “adequação dos conteúdos” de forma trabalhosa.
- Dimensão relacional: lidar com a heterogeneidade etária e de experiências de vida; gerenciar a insegurança ou baixa autoestima de alguns alunos.
- Dimensão emocional (do próprio docente): insegurança por falta de prática prévia; receio de não conseguir manter o interesse diante do cansaço físico e mental dos alunos trabalhadores.

A contribuição de Carvalho (2026) sobre as dificuldades vivenciadas pelos licenciandos e licenciados em Biologia versa sobre a necessidade de a prática na EJA seja conduzida a partir de perspectiva reflexiva e dialógica. Para tal, a autora, se inspira em Paulo Freire, quando argumenta que o professor precisa ir além da transmissão de conteúdos e atuar como mediador, valorizando os saberes prévios dos alunos. No entanto, os relatos dos licenciandos revelam que eles se sentem inseguros exatamente nesse papel de mediação – o que reforça a necessidade de uma formação mais prática e orientada para a realidade da EJA.

4. Estratégias propostas para um ensino significativo de Biologia na EJA

Os licenciandos apresentaram um repertório consistente de estratégias, ancoradas principalmente na contextualização, na valorização do conhecimento prévio e no uso de aulas práticas. As respostas fornecidas se alinham com os métodos de ensino exitosos em EJA mencionados por Souza & Barbosa (2021), especialmente a experimentação e o diálogo, que aparecem como eixos centrais de suas propostas. Como contribuição Carvalho (2026) reforça que o ensino de Biologia na EJA pode “proporcionar uma educação que impacta positivamente suas vidas” (p. 1). Para isto, é necessário que ocorra uma articulação entre os temas abordados nas aulas com o cotidiano do aluno.

5. Contribuições da Biologia para a redução da evasão escolar

Os participantes foram unânimes em apontar que o ensino de Biologia pode contribuir para a redução da evasão quando os conteúdos se tornam relevantes e aplicáveis à vida cotidiana dos alunos. Essas percepções demonstraram estar alinhadas com o referencial teórico, quando Souza & Barbosa (2021) dizem que usar métodos de ensino que consideram a opinião dos estudantes apresentaram resultados positivos na melhoria do rendimento escolar. Fato que, pode servir, de incentivo para manter o aluno da EJA na escola. Já Carvalho (2026), por sua vez, destaca que a Biologia na EJA pode “proporcionar uma educação que impacta positivamente suas vidas”, o que, em tese, reduziria as taxas de abandono.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados demonstraram que os entrevistados tinham compreensão teórica adequada sobre acerca das especificidades da EJA. Contudo, 80% deles considera não ter a formação necessária para atuar na modalidade, apontando falta de estágios práticos, ausência de disciplinas específicas e um currículo voltado para o ensino regular.

A distância entre o saber teórico e o saber prático não é um acaso, mas o reflexo de uma lacuna histórica na formação docente. Superá-la exige vontade política e investimento institucional para que a EJA deixe de ser uma escola de segunda classe para os jovens e adultos trabalhadores.

PALAVRAS-CHAVE: EJAI; Ensino Contextualizado; Aprendizagem Significativa; Interdisciplinaridade.

AGRADECIMENTOS: Aos licenciandos que forneceram suas percepções para a pesquisa.

REFERÊNCIAS

CARVALHO, Kezia Jesus *et al.* **Ensino de biologia na educação de jovens e adultos:** entre desafios e potencialidades da prática docente. 2024.

DE SOUZA, Cleuber Ferreira; DE OLIVEIRA BARBOSA, Mayara Lustosa. Ensino de Ciências e Biologia na Educação de Jovens e Adultos: uma revisão bibliográfica sobre os métodos de ensino utilizados nos últimos 15 anos. *Vivências*, v. 17, n. 33, p. 169-194, 2021.

FERREIRA, Daisy. **A importância da formação continuada de professores de educação de jovens e adultos.** 2008/2009.

SILVA, Liana; Cordeiro, Suammy. **A importância da formação docente na educação de jovens e adultos integrada à educação profissional e tecnológica (EJA-EPT):** desafios e perspectivas no IFMT. *SemiEdu*. 2024.

PERSPECTIVAS DO EJAI NA FORMAÇÃO EM LICENCIATURA DE BIOLOGIA DO IFPA, CAMPUS BELÉM: VISÕES EM DIFERENTES ESTÁGIOS DA VIDA ACADÊMICA

Katherinny Bianka Pinheiro Lourinho de Souza

katherinnybiankap7@gmail.com

Hullyane Alho Moraes

moraeshullyane@gmail.com

Ariel Duarte de Lima

oarielduarte@gmail.com

Marcia Cristina Lopes e Silva

marcia.lopes@ifpa.edu.br

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará – *Campus Belém*

INTRODUÇÃO

A Educação de Jovens, Adultos e Idosos (EJAI) constitui uma importante modalidade de ensino no contexto educacional brasileiro, voltada à garantia do direito à educação para sujeitos que, por algum motivo, não tiveram acesso ou continuidade nos estudos na idade regular. Nesse contexto, pensar a EJAI dentro da formação de licenciandos em Biologia é importante, pois permite compreender melhor quem são esses sujeitos e quais são suas necessidades no processo de ensino-aprendizagem.

Este trabalho busca refletir sobre a EJAI a partir das experiências e percepções de alunos do curso de Licenciatura em Biologia e de uma professora formada na área. Além, da importância de entender como diferentes níveis de formação, como alunos do 2º semestre, que ainda não tiveram contato com disciplinas pedagógicas específicas, e alunos do 6º semestre, que já possuem contato ou experiência que influenciam na forma de compreender a EJAI, o ensino de Biologia e os desafios dessa modalidade. Dessa forma, o objetivo do trabalho é analisar por meio de uma entrevista, como a EJAI é compreendida pelos sujeitos envolvidos, observando suas trajetórias, percepções e diferenças entre os grupos entrevistados. Busca também, entender a importância do ensino de Biologia na sua relação com o cotidiano dos alunos, o papel das tecnologias no processo de ensino e os principais desafios enfrentados pela EJA.

METODOLOGIA

A pesquisa foi conduzida a partir de uma abordagem qualitativa de natureza exploratória, a qual se utilizou a coleta dos dados a partir de um roteiro com 6 perguntas abertas em relação à Educação de Jovens e Adultos (EJAi). Nesse viés o estudo é característico de uma entrevista semiestruturada. Os entrevistados foram selecionados seguindo, simultaneamente, os seguintes critérios: graduandos do curso de ciências biológicas do Instituto Federal de Educação, Ciências e Tecnologia do Pará (IFPA) - Campus Belém, sendo esses participantes alunos de graduação do 2º e 6º semestre, ademais foi entrevistada uma professora graduada no curso de Biologia e experiente em auxiliar aulas para turmas da EJAI.

As entrevistas foram realizadas de acordo com o perfil dos estudantes, no qual foram selecionados três alunos referentes ao 3º semestre e dois alunos do 6º semestre, a fim de analisar e comparar as respostas relatadas por cada integrante sobre a EJAI. O local da entrevista foi realizada no IFPA e aplicadas no mês de abril de 2026, tendo duração média de 20 a 30 minutos. O conteúdo foi gravado e transcrito como forma de manter a fidelidade das respostas e fazer as comparações entre elas de acordo com cada participante. Logo, as perguntas realizadas nas entrevistas foram: Quem são os sujeitos da EJAI? (direcionada exclusivamente para os alunos); O que você entende ou sente quando é questionado sobre o que é a EJA?; Para você, por que a biologia é importante nessa modalidade?; De que forma as tecnologias potencializam o ensino da biologia na EJA, considerando as limitações; Como você acha

que o governo poderia melhorar as estruturas educacionais na educação de jovens e adultos? e; Como a ciências biológicas pode ser adaptada para uma turma da EJA? (direcionada ao professor).

RESULTADOS

As entrevistas mostraram que os estudantes da EJAI incluem jovens, adultos e idosos que buscam concluir a Educação Básica e retomar os estudos. A modalidade é vista como uma segunda oportunidade de formação e continuidade acadêmica. A Biologia foi considerada importante para o ensino superior e qualificação profissional, embora existam dificuldades relacionadas à capacitação docente, infraestrutura tecnológica e conciliação entre trabalho e estudo.

Nas entrevistas com os veteranos do curso, observou-se que os sujeitos da EJAI são compreendidos como pessoas que buscam uma segunda oportunidade após interrupções nos estudos causadas por barreiras sociais, como trabalho, saúde e família. A modalidade foi vista como um espaço de valorização das experiências de vida e dos saberes prévios, além de um campo de debate social em expansão.

A Biologia apareceu relacionada ao cotidiano, envolvendo saúde, corpo e meio ambiente, além de contribuir para a formação acadêmica e compreensão do mundo. Sobre as tecnologias no ensino, destacou-se o uso de recursos dinâmicos, como jogos e aplicativos de estudo, com preocupação voltada à acessibilidade e inclusão. Quanto ao papel do governo, ressaltou-se a necessidade de ampliar a oferta da EJAI, investir na formação docente específica e superar a prática do “professor improvisado”.

Na entrevista com a docente Suelzide, a EJAI foi definida pela palavra “Oportunidade”, destacando as dificuldades de acesso aos estudos causadas por fatores econômicos, sociais, logísticos e geográficos, comuns na região Norte. Também foi ressaltada a diversidade do público da modalidade, incluindo desde pessoas analfabetas com amplo conhecimento de vida até profissionais que interromperam os estudos para trabalhar precocemente. O projeto ENCCEJA foi citado como importante ferramenta para a elevação da escolaridade.

Para a docente, a Biologia contribui para a valorização da vida e da cidadania, abordando temas como saúde pública, vacinas, doenças, educação ambiental, sustentabilidade, povos indígenas e comunidades tradicionais, além da utilidade prática da botânica e do estudo dos vetores.

A adaptação pedagógica e metodológica, segundo a professora, não representa uma redução do ensino, mas uma adequação à realidade do aluno. Destacou-se o princípio do pertencimento, com conteúdos relacionados ao bairro ou comunidade do estudante, além da valorização dos saberes prévios, que devem ser articulados ao conhecimento científico. Também foram mencionados recursos didáticos como imagens, fontes maiores para idosos e aulas interativas, incluindo “rodas de fofoca científica” como estratégia lúdica.

Sobre as tecnologias no ensino, a professora afirmou que elas necessitam de mediação e letramento digital, exigindo paciência para ensinar ações básicas, como criar e-mails e acessar sistemas acadêmicos. Ressaltou-se ainda o uso de Inteligência Artificial e bases científicas como ferramentas de modernização do acesso à informação. Entretanto, a docente destacou a importância simbólica do material físico, como caderno e caneta, que representam para muitos alunos da EJAI a realização do direito de ser estudante, defendendo que a tecnologia não substitui o valor do registro manual.

Quanto ao papel do governo, a professora defendeu políticas públicas que considerem as especificidades de cada público, criticando a padronização dos materiais didáticos e destacando a necessidade de adaptações para alunos urbanos, indígenas e comunidades rurais. Também enfatizou a importância da verticalização do ensino, possibilitando a continuidade dos estudos da alfabetização à graduação, além do resgate da pedagogia freiriana como forma de valorizar a autonomia humana e combater a marginalização desse pensamento.

A análise das respostas mostrou que a compreensão sobre a EJAI se amplia conforme a formação e a experiência dos entrevistados. Inicialmente, a modalidade é vista como uma forma de concluir o ensino básico e recuperar o “tempo perdido”. Depois, passa a ser entendida como um direito de reparação

social e inclusão profissional. Na visão da professora, a EJAI assume um caráter mais humanista, sendo compreendida como oportunidade, resistência e valorização das experiências de vida dos alunos. Também houve mudanças na percepção sobre a Biologia. Para os calouros, ela está ligada ao ENEM, concursos e formação acadêmica. Entre os veteranos, relaciona-se ao cotidiano, saúde e preparação científica. Já para a docente, a Biologia promove cidadania, sustentabilidade, valorização da biodiversidade amazônica e integração entre saber científico e popular. Quanto às tecnologias, os calouros destacaram a escrita acadêmica e as dificuldades de infraestrutura e capacitação docente. De modo geral, observou-se que o contato com a EJAI amplia a valorização da acessibilidade, do diálogo, da cultura e dos conhecimentos dos alunos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As entrevistas evidenciaram que a EJAI é reconhecida como uma oportunidade de retomada dos estudos para sujeitos que enfrentaram dificuldades em sua trajetória escolar. Observou-se a importância do ensino de Biologia por sua relação com o cotidiano, contribuindo para a formação crítica dos alunos. Também foram identificados desafios, como a necessidade de adaptação metodológica, uso inclusivo das tecnologias e maior investimento em políticas públicas e formação docente.

A pesquisa mostrou ainda que a compreensão sobre a EJAI se amplia ao longo da formação acadêmica, reforçando a importância dessa temática nos cursos de licenciatura. Destaca-se, portanto, a necessidade de práticas pedagógicas contextualizadas e inclusivas, que valorizem as experiências de vida dos estudantes. Dessa forma, torna-se essencial investir em políticas públicas que fortaleçam essa modalidade de ensino, garantindo melhores condições de acesso, permanência e qualidade educacional, para que a EJAI cumpra seu papel social de forma mais efetiva.

PALAVRAS-CHAVE

Educação, Amadurecimento, Oportunidade

AGRADECIMENTOS

Agradecemos ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará (IFPA) – Campus Belém, pelo suporte acadêmico e pela oportunidade de desenvolvimento deste trabalho. À professora Marcia Cristina Lopes e Silva, pela orientação, apoio e contribuições ao longo da pesquisa.

Aos entrevistados, especialmente aos alunos e à professora participante, agradecemos pela disponibilidade e compartilhamento de experiências sobre a EJAI, fundamentais para a realização deste estudo. Por fim, agradecemos a todos que contribuíram, direta ou indiretamente, para esta pesquisa.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**: Brasília, DF, 23 dez. 1996.

DE PAULA, L. M. S. Educação de jovens e adultos e políticas públicas: da garantia legal à negação do direito na prática escolar. **Revista Tópicos**, 2026

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

KACZAN, M. A. V. L. Políticas públicas para educação de jovens e adultos (EJA): limites e possibilidades. **Revista Educação e Emancipação**, 2023.



**Curso de
Licenciatura em Pedagogia**
IFPA | Campus Belém

ISBN: 978-6-55163-014-9



INSTITUTO FEDERAL
Pará
Campus Belém

DEN
Diretoria
de Ensino



Curso de
Licenciatura em Pedagogia
IFPA | Campus Belém

MINISTÉRIO DA
EDUCAÇÃO

